A repercussão da revolução de 1820 no Brasil: eventos e ideologias

Autor(es): Silva, Maria Beatriz Nizza da

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43954>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_2_1

Accessed : 26-Apr-2023 10:23:43

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

cc, 5
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

VOL. II

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1978-1979

A REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO DE 1820 NO BRASIL

EVENTOS E IDEOLOGIAS

A CORTE DO RIO DE JANEIRO E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

As primeiras notícias do movimento constitucional em Portugal chegaram ao Rio a 17 de Outubro de 1820 e logo no dia 26 o emigrado francês Cailhé de Geine (1) dirigia ao Intendente Geral da Polícia um «Rapport sur la situation de l'opinion publique», no qual descrevia os rápidos progressos feitos pelo espírito revolucionário entre os habitantes da cidade, propondo, em vistas disso, que o governo tomasse medidas imediatas para o combater (2).

Este relatório merece uma análise detalhada, pois se trata de um documento extremamente rico do ponto de vista do estudo das ideologias políticas. Desejando denunciar os perigos que rodeavam o trono e desvendar «os criminosos projectos dos seus inimigos», Geine começa por recordar que, desde a revolução espanhola, o espírito público se vinha corrompendo no Rio de Janeiro, generalizando-se a ideia de que o reino de Portugal não deixaria de imitar o exemplo do país vizinho. Fora portanto nesta atmosfera propícia que os revolucionários tinham iniciado a sua propaganda: «Os descontentes, os espíritos inquietos e sediciosos, todos esses homens para quem as agitações constituem uma necessidade, não perderam a oportunidade

(1) HÉLIO VIANA em «Um famoso panfleto de 1821», artigo publicado na *Revista do Livro*, Setembro de 1964, fornece dados biográficos sobre este informante da polícia carioca (p. 24-27).

(2) Transcrito por ÂNGELO PEREIRA, *D. João VI príncipe e rei*, Lisboa, 1956, vol. III, p. 304-307.

de trabalhar uma matéria tão maleável. Apressaram-se a desenvolver os antigos fermentos revolucionários ainda mal abafados, apontaram com ênfase ao público os vícios da administração, exagerando-os». Deste modo tinham conseguido excitar na massa da população carioca sentimentos de ódio e de cega prevenção contra o governo.

Mas, segundo o relator, os sediciosos tinham utilizado para cada grupo social um tipo de argumentação diferente. Aos negociantes e mercadores haviam persuadido que «a dificuldade e a estagnação dos negócios tinham unicamente como causas a falta de luzes e de energia do governo, que enredava e sufocava as operações de comércio com medidas fiscais, quando as não abandonava, para serem presas da audácia e da rapacidade de alguns miseráveis piratas». Ao militar e ao magistrado diziam que «os serviços prestados ao Estado ficavam sem recompensa», uma vez que tudo era concedido através do favor e do privilégio. A todos aqueles que sofriam com os atrasos nos pagamentos pelo Real Erário apresentavam as finanças como totalmente dilapidadas, dado que o roubo era praticado naquela repartição com tanto maior audácia quanto maior era a impunidade. Tinham anunciado publicamente que «o Banco, que pelos seus estatutos deveria ser um estabelecimento totalmente nacional, tornara-se o património de uma camarilha, só podendo acabar numa vergonhosa bancarrota». Insistiam ainda os sediciosos na «odiosa venalidade da Justiça» e na «deplorável impunidade dos crimes mais repugnantes», que privavam os cidadãos da segurança de sua vida e bens. Na sua propaganda não tinham sequer deixado de se dirigir à «espessa nuvem de pretendentes», dizendo-lhes: «As graças e as mercês caminham sempre pelos mesmos canais e os empregos acumulam-se naqueles que são menos dignos de os receber». Quando estavam junto de plebeus e laicos, lançavam invectivas contra a nobreza e o clero, chamando-lhes «instrumentos do despotismo e sanguessugas do povo»; mas aos membros destas duas ordens falavam de outro modo, procurando seduzir «imaginações inquietas», «espíritos frívolos e superficiais», enfeitiçados por uma leitura mal digerida de Mably e Rousseau e que se julgavam «pequenos Licurgos destinados a reformar o Estado».

Segundo o autor do relatório sobre a opinião pública, a grande arma da propaganda revolucionária no Rio de Janeiro tinha sido precisamente esta maleabilidade argumentativa, esta capacidade de escolher as palavras adequadas a cada auditório: «Eis os principais meios de corrupção que o espírito revolucionário empregou. Teve

o cuidado de os modificar de mil maneiras, soube revesti-los de todas as formas, com muita arte proporcionou-os e adequou-os às luzes, às paixões e aos preconceitos dos seus ouvintes, e foi seguindo constantemente esta hábil marcha que conseguiu penetrar em todas as classes da sociedade, sem excepção das mais distintas, e mesmo criar nelas prosélitos muito numerosos».

Cailhé de Geine sabia que seria difícil acreditar numa ampla difusão do espírito revolucionário entre a nobreza e o clero e por esta razão detém-se em maiores explicações para justificar a sua afirmação: «além de existir, entre os membros destes dois corpos, muitas vaidades ofendidas, muito amor-próprio ferido, loucas ambições desenganadas, não se deve pensar que o interesse particular e bem claro de um indivíduo seja sempre uma segura garantia dos seus princípios e opiniões». Temos aqui esboçado pelo emigrante francês uma teoria das ideologias extremamente interessante: a afirmação de uma possível oposição entre interesses individuais e doutrinas políticas. A explicação apresentada para tal oposição é a seguinte: «Quando infelizmente a mania de discorrer sobre estas matérias políticas se apodera dos homens, bem depressa se formam no seu entendimento muitas ideias erróneas, às quais se prendem com tanto mais força quanto menor é a sua justeza. E quando a razão humana abarca, no seu orgulho, um princípio falso, dele deduz rigorosamente as consequências, sejam elas quais forem, e não recua perante calamidade alguma». Esta explicação só pode ser entendida dentro da filosofia da época, ou seja, através da análise que então se fazia dos mecanismos do entendimento humano: sobre um determinado objeto, o espírito adquire ideias, a partir das quais chega a princípios. Temos aqui um primeiro momento, indutivo. Segue-se um segundo momento, dedutivo esse, em que se tiram consequências dos princípios aceites. E este segundo movimento é rigoroso, necessário, e daí o facto de a lógica obrigar os indivíduos a aceitar determinadas conclusões que podem perfeitamente ser opostas aos seus interesses particulares. Estes pertencem à esfera dos sentimentos ou das paixões, as doutrinas políticas à esfera das ideias, sendo cada uma regida por suas leis próprias. Daí a possibilidade de um nobre ou de um eclesiástico aderir, sem contradição, ao movimento revolucionário que poderia parecer contrário aos seus interesses. Segundo Cailhé de Geine, para eles tratava-se de uma simples adesão intelectual e por isso a argumentação revolucionária utilizava neste caso textos de Mably e Rousseau, em vez de recorrer aos argumentos do

interesse próprio, como acontecia quando se dirigia a outros grupos sociais.

Havia portanto no Rio de Janeiro, diz o autor do relatório, nobres e eclesiásticos que, depois de falarem com entusiasmo da revolução de Espanha, se encontravam «em êxtase perante a divina revolução de Portugal», não escondendo o seu desejo de a verem estender-se ao Brasil e mostrando-se dispostos a contribuir para isso.

Os sediciosos não limitavam a sua propaganda à «intimidade de algumas reuniões secretas», mas manifestavam as suas opiniões «no salão dourado, na humilde loja e mesmo na praça pública». Espalhavam-se notícias e rumores. «As coisas chegaram ao ponto de se traduzirem para português, para edificação dos ignorantes, as passagens mais infestadas de espírito revolucionário das obras francesas mais perniciosas. Estas leituras, feitas perante um auditório já receptivo, não podem deixar de produzir os mais funestos efeitos». E a panaceia universal, a todos prometida para cura dos seus males individuais, era a *Constituição*. E mais, esta Constituição, diziam, podia ser obtida por uma *revolução pacífica*, como mostrava o exemplo das revoluções de Espanha e de Portugal. É aliás este conceito de revolução pacífica que Cailhé de Geine procura abalar no seu relatório, através de outros exemplos concretos (a sangrenta revolução de Nápoles) e também através da alusão à existência da escravaria. «Estando o edifício social erguido no Brasil sobre uma base inimiga, a população negra, todos os exemplos tirados das revoluções europeias nada provam em relação a este país, para o qual não existe outro termo de comparação além de S. Domingos». A revolução no Brasil seria portanto necessariamente violenta: «Os brancos do Brasil não vêem com suficiente clareza que, se alguma vez se abre aqui a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais, se alguma vez se fala de liberdade, de igualdade, de direitos do homem, a única revolução que se operará no Brasil será a rebelião dos escravos que, quebrando os seus grilhões, incendiarão as cidades e as plantações, massacrarão os brancos e farão deste magnífico império do Brasil um deplorável equivalente da importante colónia de São Domingos».

Mais do que qualquer outro documento da época, o relatório feito por Cailhé de Geine ao Intendente Geral da Polícia revela os argumentos então utilizados pró e contra o movimento constitucional, mostra os temas possíveis do discurso revolucionário de então: o ataque às deficiências da máquina administrativa do Antigo Regime, a Cons-

tituição como único meio de reparar essas falhas, e finalmente a possibilidade de uma revolução pacífica para obtenção desse documento político.

À leitura do «Rapport sur la situation de l'opinion publique» datado de 26 de outubro de 1820, deve seguir-se a da carta aos governadores de Portugal, com data de 27, pois ela permitirá avaliar a repercussão da revolução de Portugal não só na opinião pública carioca, mas também na esfera governamental.

A carta régia começa por apontar a ilegalidade da convocação de Cortes por parte da nação portuguesa. Reproduz assim fielmente a tese do ministro Tomás António de Vilanova Portugal: «As Cortes são ilegais e é necessário dizer que o são, para que elas não digam aos povos que têm autoridade de dar leis ao trono» (1). Mas por outro lado a convocação das Cortes era já um facto, perante o qual o governo só tinha três atitudes possíveis: ou dissolvê-las pela força, ou aceitá-las integralmente, ou tentar controlá-las. Às duas atitudes mais radicais, o governo do Rio de Janeiro preferiu o compromisso. AutORIZANDO a reunião das Cortes, estas deixavam de ser ilegais; recorrendo à tradicional noção de Cortes, estas deixavam de ser deliberativas e passavam a ser meramente consultivas, de acordo com a tradição do reino.

Vejam os mais pormenorizadamente o texto da carta régia. As Cortes só deveriam ter sido convocadas pelo rei; se o foram por iniciativa popular, devem ser consideradas ilegais e obra de sediciosos que iludiram o exército, apontando «abusos parciais de administração por erros imputados à constituição da monarquia». Mas imediatamente se passa à autorização para a sua reunião, ponto fortemente aconselhado por Tomás António, como podemos ver pelo documento em que diz: estando as Cortes convocadas, «faria maior mal dissolvê-las», sendo portanto necessário «autorizá-las para representarem tudo o que for bom e para ser sancionado o que não for contrário aos costumes e leis do reino» (2). E o rei segue o seu conselho: «Devendo esperar me proponham coisas muito importantes, para que essas propostas das Cortes não cheguem à minha real presença com a ilegalidade sobre-

(1) *Documentos para a história da independência*, Rio de Janeiro, 1923, vol. I, p. 174, documento datado de 28 de Outubro de 1820.

(2) *Ibid.*

dita, eu as autorizo para que, em vista dos assuntos das Cortes anteriores, sancionadas pelos reis, meus predecessores, me representem as emendas, alterações ou disposições, que acharem úteis para o esplendor e prosperidade da monarquia portuguesa». Sujeitas à real sanção as propostas das Cortes, reunidas estas «segundo os usos, costumes e leis fundamentais da monarquia», estava assim abolido o carácter soberano das Cortes e acentuado o seu carácter consultivo, como era aconselhado por Tomás António que escrevia num bilhete não datado ao rei, referindo-se a dois pontos essenciais: em primeiro lugar, «ir expressamente declarado que as Cortes sejam consultivas somente, por serem assim as leis do reino». Disto não se podia prescindir, «porque, a não ser expresso, hão-de consumir a revolução, fazer a Constituição e fica o governo de el-rei iludido e ludibriado». O segundo ponto básico era a afirmação de que seria necessária a consulta das províncias do Brasil (1).

A carta régia fazia depender a ida de uma pessoa da família real para Portugal do modo como as Cortes viessem a desempenhar o seu papel: «Concluídos estes trabalhos de forma que satisfaçam às minhas paternas vistas, com a dignidade devida, terão na Europa para os governar a minha real pessoa ou um de meus filhos ou descendentes». Também aqui transparece a opinião de Tomás António: «Como não é prudente ir para uma casa que está incendiada, faz-se depender a partida de notícias que cheguem de mais tranquilidade, e isto para incentivo de se tranquilizarem» (2).

Silvestre Pinheiro Ferreira, que depois foi ministro no primeiro ministério constitucional do Rio de Janeiro, fala na sua correspondência (infelizmente não datada) do estado da opinião pública, certamente depois de 11 de Novembro de 1820, data em que chegaram notícias mais detalhadas da revolução portuguesa do que as que tinham chegado a 17 de Outubro e dado origem à carta régia de 27 do mesmo mês. Agora a revolução de Portugal apresentava-se já como um facto irrecusável, assumia as proporções de um fenómeno que cumpria aceitar ou tentar sufocar; para poder ignorá-lo seria necessário que o Brasil se separasse de Portugal, abandonando-o à sua sorte revolucionária e permanecendo fiel ao antigo sistema de governo.

(1) *Ibid.*, p. 177.

(2) *Ibid.*, p. 174-175.

Pinheiro Ferreira refere precisamente estas três posições, não indicando contudo o nome daqueles que as defendiam. A atitude mais intransigente encarava a revolução portuguesa como «um acto de tresloucada temeridade», o qual, se não fosse abafado pela própria nação, que dele não participara, ao contrário do que afirmava a propaganda revolucionária, deveria ser riscado da história, graças à intervenção militar das potências estrangeiras. A revolução era um incêndio que cumpria a todo o custo extinguir e no ministério havia quem quisesse destruir pela força, interna ou externa, a «empresa de uma mera facção atrevida, mas pouco numerosa». Embora o nome de Tomás António não seja citado, Pinheiro Ferreira só poderia estar-se referindo a este ministro. Não era ele que escrevia a D. João VI: «V.M. não se deve sujeitar aos revolucionários (...), não lhe convém aprovar a revolução» (1)? Não era ele que, acreditando numa contra-revolução em Espanha, dizia: «A vertigem revolucionária não pode durar muito» (2)? E esta atitude concretizava-se em actos, uma vez que, conta Pinheiro Ferreira, o ministério tinha expedido ordens e instruções aos ministros portugueses junto das diferentes cortes europeias no sentido de obterem a cooperação destas na luta contra os revolucionários de Portugal (3).

A segunda atitude não pensava em destruir o foco revolucionário português, mas sim em preservar o Brasil do seu contágio, através da separação dos dois reinos e do fortalecimento da monarquia em terras brasileiras. O Reino Unido seria substituído pelo Império do Brasil. Portugal seguiria o seu destino revolucionário; o Brasil permaneceria fiel à monarquia tradicional. Pinheiro Ferreira também não diz quem defendia esta posição, mas ela é claramente exposta no folheto publicado em francês e intitulado *Le Roi et la famille royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil?*, que mais adiante examinarei detidamente. Aqui basta apontar que um dos pontos que o folheto se propunha demonstrar era que D. João VI podia «conservar a totalidade da sua autoridade

(1) *Ibid.*, p. 215.

(2) *Ibid.*, p. 217.

(3) «Cartas sobre a revolução do Brasil», publicadas nos volumes II e III dos *Anais da Biblioteca Nacional* e no tomo 51 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Carta 1.^a

real no Brasil e aí fundar um Império florescente de grande peso na balança do mundo».

Vejamos os passos da argumentação em favor desta tese. Em primeiro lugar, o autor afirma a inexistência de germes revolucionários no Brasil: «A fermentação dos espíritos, tão geral na Europa, a tendência irresistível dos povos para uma nova ordem de coisas, para novas modificações da organização social, enfim, a sede de revoluções que devora os habitantes do antigo mundo civilizado, não encontraram de modo algum até hoje um verdadeiro acesso no Brasil, apesar do que se possa afirmar em contrário». Silvestre Pinheiro Ferreira pertencia exactamente ao número daqueles que localizavam germes revolucionários em terras brasileiras, aludindo à «explosão que há muito se receia» e que, feita a revolução em Portugal, «é impossível se não realize dentro em muito pouco tempo». É certo que o autor do folheto em francês reconhecia haver alguma agitação revolucionária no Brasil, mas atribuía-a a uma minoria sem verdadeiro apoio nacional: «Há um bom número de cabeças exaltadas e de corações corrompidos, mas a massa ainda está sã». Fazendo ainda mais uma concessão, chegava a concordar que a massa estava descontente, mas logo acrescentava que esse descontentamento facilmente desapareceria com algumas medidas acertadas por parte do governo: «Não nos custa confessar que ela mostra descontentamento, que ela experimenta as inquietações do mal-estar, mas é tanto mais fácil ao governo de S.M. fazer desaparecer as suas causas quanto esse descontentamento não ataca as bases do edifício social, incidindo só em vícios de pura administração».

Esta ideia de que, corrigindo a viciosa máquina administrativa brasileira, era ainda possível impedir a eclosão da revolução no Brasil, era então igualmente defendida por Hipólito da Costa no *Correio Brasiliense*: «Dissemos repetidas vezes que lamentávamos a circunstância de não ter o ministério do Brasil começado as reformas políticas em Portugal, que eram necessárias, antes que o povo as empreendesse por si mesmo, entre outras razões porque, tendo a revolução começado pelo povo, e não pelo governo, era impossível prever o seu êxito. Isto já não tem remédio em Portugal, ou mui fraco remédio terá, visto que somos entrados na revolução, que sempre desejámos fosse evitada. Mas, como ela ainda não se manifestou no Brasil, o que a respeito dele se disser pode ainda ser ouvido a tempo, se ouvidos se prestarem enquanto isso pode servir.... Não nos escusaremos de

repetir, o que tantas vezes temos dito, que a forma de administração do Brasil, hoje que ele é populoso, rico, comercial e polido com o trato do estrangeiro, é a mesma que existia há trezentos anos, quando suas povoações constavam de mesquinhos presídios. No tempo antigo ninguém tinha ideia de outro governo que não fosse o absoluto; hoje em dia até os rapazes falam em Constituições políticas. Nestes termos, como pode manter-se um governo, cujas máximas de administração são partes de um sistema todo oposto às ideias de seus súbditos?» (1).

Para o autor do folheto em francês, a grande maioria dos habitantes do Brasil, muito embora queixosa de certos defeitos administrativos, não pensava em revolução. No estudo da opinião pública brasileira, além de ser necessário distinguir a massa da população de uma minoria de agitadores, cumpria separar a opinião urbana da opinião interiorana: «Tomar por termo de comparação as principais cidades deste reino seria uma maneira extremamente errada de julgar o estado da opinião pública no Brasil». O interior era conservador e, se as cidades não o eram, isso se devia à grande percentagem de europeus (isto é, na linguagem da época, portugueses da metrópole) que nelas vivia: «Essas cidades contêm um número muito elevado de europeus, todos partidários, mais ou menos decididos, de revoluções, e que as atacam quanto podem, servindo-se para isso das falhas e erros em que deve necessariamente cair uma administração mal organizada». A solução era simples: «S.M. pode portanto sufocar facilmente os germes dessas sedições, em primeiro lugar tomando medidas vigorosas contra os facciosos, em seguida corrigindo os abusos e fazendo passar a forma e a marcha do seu governo por todas as modificações agradáveis ao povo que não forem incompatíveis com a dignidade da coroa, dignidade que só se encontra em todo o seu esplendor quando o poder real existe na sua plenitude».

Escreve Silvestre Pinheiro Ferreira na sua correspondência que, na opinião de muitos, fortalecida a monarquia no Brasil, conquanto estivesse perdida em Portugal, haveria a possibilidade de surgir um Império que, pela sua extensão, pela variedade do seu clima, e pela incomensurável riqueza das suas produções, viria a ser dos mais impor-

(1) Número de Fevereiro de 1821.

tantes da História. Nesta segunda corrente ideológica insere-se portanto o autor do folheto em francês.

A terceira corrente, que Pinheiro Ferreira qualifica de moderada, era aquela que, não pretendendo esmagar a revolução portuguesa pela força, nem ignorá-la pela separação, se propunha enfrentá-la, tentando ainda, se possível, controlá-la. Esta terceira atitude assumia naturalmente várias formas, pois diversas eram as soluções propostas: primeira, regresso do rei a Portugal, com o Brasil entregue a uma regência; segunda, regresso do rei a Portugal, com o Brasil governado pelo príncipe herdeiro e a manutenção do sistema político até estar pronta a Constituição; terceira, partida do príncipe para Portugal, com a reunião de um Congresso no Brasil e a elaboração de uma Constituição brasileira idêntica à portuguesa. Múltiplas podiam ser, portanto, as combinações das várias teses políticas em discussão entre os moderados.

No momento em que se iniciam as cartas de Silvestre Pinheiro Ferreira, o que creio ser em fins de Dezembro de 1820, o partido mais forte no ministério era aquele que contava com a ajuda das potências da Santa Aliança para sufocar a revolução portuguesa, ou então com a chegada a Portugal do marechal Beresford, que assumindo o comando do exército português, momentaneamente seduzido pelos revolucionários, restabeleceria as autoridades expulsas pela revolução (1).

Depois da chegada do conde de Palmela ao Rio, a 20 de Dezembro de 1820, a tónica das discussões políticas parece ter-se deslocado da revolução portuguesa para uma questão secundária, a partida do rei ou do príncipe real para Portugal. É então que Silvestre Pinheiro Ferreira se refere, pela primeira vez, a um «partido brasileiro» que começava a agir com toda a energia. Que partido era este (2)? Na sua correspondência está ausente qualquer caracterização ideológica que permita identificar os seus membros. Os únicos dados colhidos são os seguintes: o partido brasileiro defendia a partida do rei e a permanência de D. Pedro; tinha «muito forte apoio no ministério»; um dos seus objectivos era «dar uma Constituição ao Brasil, sem curar

(1) Carta 2.^a

(2) Palmela também se referiu a um «partido brasileiro», mas só depois do movimento constitucional de Fevereiro de 1821 (MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO, *Vida do duque de Palmela*, Lisboa, 1898-1903, vol. I, p. 378).

da sorte de Portugal». O único ministro que então poderia apoiar o denominado partido brasileiro seria, por exclusão de partes, o conde dos Arcos que, muito embora apoiando Palmela quanto à necessidade da publicação das bases de uma Carta Constitucional, não o acompanhava na tese de que D. Pedro devia partir imediatamente para Portugal (1).

Silvestre Pinheiro Ferreira conta que a chegada de Palmela ao Rio produziu um «choque eléctrico», e na verdade, desde que o conde ocupou o seu lugar no ministério, o governo passou a sofrer a acção de duas forças contrárias: uma, a de Tomás António, no sentido de manter inalterável a estrutura política, devido à crença numa contra-revolução realista na Europa capaz de terminar com a revolução democrática em Portugal; outra, a de Palmela, no sentido de alterar a constituição política da monarquia de maneira favorável ao poder real e à nobreza, antes que em Portugal se caísse em extremos democráticos. A atitude de Tomás António, típica do burocrata, era totalmente reaccionária; a de Palmela conservadora. O primeiro defendia unicamente a autoridade real; o segundo, os interesses da sua classe.

A primeira discordância entre os dois ministros surgiu quanto à possibilidade de o Brasil ser contaminado pela revolução portuguesa: Tomás António negava-a; Palmela defendia-a. Logo a 2 de Janeiro de 1821 escrevia este último ao rei: «Se a revolução se prolonga, a tranquilidade do Brasil está ameaçada». E a 5 insistia: «Só pondo um termo na revolução de Portugal se poderá evitar outra semelhante e ainda de piores consequências no Brasil» (2).

Enquanto Tomás António depositava as suas esperanças na Santa Aliança e na contra-revolução, Palmela salientava ao rei a tendência geral das nações europeias para os governos representativos, moderados entenda-se: «Senhor, a revolução de Portugal não é na minha opinião o resultado de causas peculiares à nação portuguesa. As queixas que têm chegado ao meu conhecimento sobre a administração da justiça ou da fazenda, a tristeza ocasionada pela prolongada ausência de V.M., contribuem sem dúvida para excitar entre os povos algum descontentamento, mas este nunca teria chegado a desenvolver-se, nem

(1) *Ibid.*, p. 376.

(2) *Despachos e correspondência do duque de Palmela*, Lisboa, 1851-1854, tomo I, p. 142-143.

a produzir os efeitos que desgraçadamente presenciemos, se os portugueses não tivessem sido excitados pelo exemplo dos espanhóis, pela tendência geral de todas as nações da Europa para a forma de governo representativo e enfim pela conspiração universal que existe contra os antigos governos e pela espécie de exaltação que se apoderou de quase toda a geração actual».

O rei deveria seguir essa tendência geral, declarando aos portugueses a «intenção de formar um governo constitucional fundado sobre os princípios que se adoptam em quase toda a Europa e conservando aqueles atributos do poder que são inerentes à existência e dignidade da coroa». Qual o objectivo de Palmela ao dar este conselho a D. João VI? Garantir, antes que fosse tarde demais, uma forma de governo favorável à nobreza. Quando estabelece o paralelo entre Luís XVIII e Fernando VII, Palmela deixa claramente transparecer a sua ideologia de aristocrata: o primeiro, com uma Carta Constitucional limitada, conseguira até então «satisfazer ao mesmo tempo os interesses revolucionários e os da antiga nobreza e enfim conter os progressos da democracia»; enquanto o segundo, não tomando essa iniciativa, «excitou nos seus Estados uma geral reacção a favor da Constituição democrática», acabando por se ver obrigado a aceitar submissamente e sem restrições uma Constituição oposta às bases fundamentais do sistema monárquico (1).

Para Tomás António, a diferença entre Carta Constitucional limitada e Constituição democrática, tão importante para o aristocrata Palmela, na realidade não existia: tudo era englobado sob o termo genérico de Constituição, tudo representava para ele uma brecha perigosa na autoridade real. E por isso escrevia a 7 de Janeiro, comentando o parecer de Palmela, dado na antevéspera: «É preciso que V.M. conserve a autoridade de rei (...) e, se deixa rasgar o véu, se deixa publicar que seus ministros votam em Constituição, se mostrar qualquer dubiedade que se perca o primeiro respeito, está tudo perdido, desanimam-se os realistas e atrevem-se mais os revolucionários que por toda a parte têm observadores. V.M. sabe que logo ontem se disse que V.M. tinha aprovado uma Constituição e sabe a comoção que isso fez» (2).

(1) *Ibid.*, p. 145-6.

(2) *Documentos para a história da independência*, vol. I, p. 216.

É natural que esse boato tenha corrido no Rio, mas até então Palmela limitara-se a apontar a urgência de um manifesto ou carta régia aos portugueses garantindo um governo representativo e uma Constituição que seria formada de acordo com as Cortes sobre as bases declaradas pelo rei: «Aqui dever-se-ia enunciar com clareza e concisão os princípios essenciais da Carta Constitucional concedida por V.M.». A astúcia política de Palmela revela-se neste pequeno texto: ao sugerir ao monarca os próprios termos do manifesto aos portugueses usa a palavra por eles esperada, Constituição, e não deixa de referir a participação das Cortes, embora sobre bases pré-estabelecidas pelo rei; ao dirigir-se a D. João VI, abre o jogo e usa a sua linguagem espontânea, substituindo Constituição por Carta Constitucional e acordo das Cortes por concessão pura e simples. Duas linguagens portanto, uma destinada a apaziguar os revolucionários portugueses, outra a esclarecer o seu verdadeiro pensamento perante o rei.

Mas Tomás António não era sensível a tais artifícios políticos de um aristocrata em luta com os democratas burgueses. Ele só pensava que ceder, um pouco que fosse, era coisa perigosa: «O que se tem visto nas outras nações é que, vencido o ponto de terem Constituição, passaram a formar conjurações contra os soberanos». Dar uma Carta a Portugal seria revelar temor, além de que, «com esta medida vai perder-se a esperança do sistema que poderão tomar a favor da autoridade real as nações da Europa, vai perder-se a esperança da contra-revolução da Espanha e vai perder-se a esperança da obediência de Portugal quando os actuais instrumentos perderem a popularidade» (1).

Assim se explica a sua intransigência: «V.M. deixe-se estar no seu trono; nem falar em Constituição. Prometa todos os bens e mudanças que forem prudentes ou úteis, escreva-se aos povos de Portugal, nomeie desses mesmos do governo intruso e espere os sucessos (a vertigem revolucionária não pode durar muito tempo) para que, quando passar a vertigem, o achem rei e não presidente» (2). A figura intermédia do rei constitucional à maneira de Luís XVIII, concebida por Palmela, era algo que Tomás António não levava em consideração. Para ele só existiam extremos: rei à maneira do Antigo Regime ou presidente.

(1) *Ibid.*

(2) *Ibid.*, p. 217.

As cinco primeiras cartas de Silvestre Pinheiro Ferreira analisam a situação política durante o período que medeia entre a chegada das notícias da revolução em Portugal e a eclosão do movimento constitucional no Rio de Janeiro a 26 de Fevereiro de 1821. Ora é de estranhar o seu silêncio a respeito do folheto publicado em francês que tanta polémica causou e que os próprios revolucionários consideraram como uma das causas próximas do movimento constitucional no Rio.

O autor do folheto *Le roi et la famille royale...* propunha-se demonstrar que a posição do monarca, ao contrário do que se dizia, era uma posição de força e que portanto não era preciso ceder à exigência da partida de um membro da família real para Portugal. Vamos agora seguir os passos da argumentação.

Em primeiro lugar, o rei encontrava-se longe dos revolucionários e por conseguinte numa situação diversa daqueles monarcas que se tinham visto obrigados a aceitar as Constituições, tais quais lhes tinham sido apresentadas. «Com efeito qual era a posição do infortunado Luís XVI quando a Assembleia Nacional da França lhe impôs a Constituição datada de 1791? A mais deplorável em que jamais se encontrou uma cabeça coroada. Prisioneiro no seu palácio, rodeado de guardas inquietos, despojado de qualquer espécie de autoridade, diariamente ultrajado». Em Espanha, Fernando VII gemia na prisão enquanto se discutia a Constituição de 1812. Em Nápoles, quando rebentou a revolução, um rei velho e enfermo, surpreendido no seu palácio, pressionado por multidões de sediciosos, fora forçado a jurar um pacto social que provavelmente nem sequer lera. «A força democrática oprime os reis desarmados», mas D. João VI era um monarca com armas, a mais forte das quais era certamente o Brasil. Os rebeldes de Portugal não podiam portanto esquecer que o seu país representava apenas «uma fracção de um vasto Império, cuja parte, de longe a mais considerável, a mais rica, a mais poderosa, permaneceu até agora fiel ao paternal ceptro de D. João VI» (1).

Ora estes dois últimos pontos, que o Brasil era a parte mais importante do Império português e que ele se mantinha fiel ao rei, exigiam por sua vez ser demonstrados.

Assim, a favor do primeiro ponto, o autor do folheto escrevia: «Poder-se-á encontrar no globo uma região mais bem situada para o

(1) *Ibid.*, p. 201 e ss.

comércio e ao mesmo tempo capaz de lhe fornecer uma tão grande quantidade de mercadorias preciosas, de ricos produtos? Basta abrir os olhos para ver que os portos de Pernambuco, da Baía e do Rio de Janeiro estão feitos e colocados pela natureza para se tornarem os entrepostos do comércio da Índia, do Mar do Sul, da Europa, da América, em resumo, do mundo inteiro». Além das suas riquezas naturais, além da situação privilegiada dos seus portos, o Brasil tinha a vantagem de se encontrar no continente americano numa época em que a América parecia disposta a superar o domínio da Europa: «É preciso sair da velha rotina europeia. É preciso não permanecer totalmente alheios aos acontecimentos políticos que se passam à nossa porta e por assim dizer sob o nosso olhar. A América vai pesar na balança das nações com todo o peso do seu imenso e fértil território, da sua população sempre crescente, do vigor enfim que acompanha a juventude dos povos tal como a dos indivíduos». O destino do mundo inteiro iria ser decidido no Oceano Atlântico e não mais num canto ignorado da velha Europa. Assim sendo, «que belo papel deverá representar o Brasil, tão importante, tão necessário às potências beligerantes para o descanso e reparo das suas esquadras!» Contra-pondo-se a este quadro grandioso do Brasil futuro e presente, o retrato de um Portugal insignificante: «Portugal é tão pouco importante por si próprio e encontra-se tão desvantajosamente situado que, para se defender da opressão da Espanha, deverá sempre permanecer sob o domínio da Inglaterra». Portugal nada mais era do que uma pequena província, «pobre, pouco fértil e incapaz sequer de subvencionar as despesas da Corte».

Quanto ao segundo ponto, que o Brasil permanecia fiel a D. João VI, alega que a massa continua sã, apesar de algumas «cabeças exaltadas», e que bastavam algumas medidas tendentes a melhorar a administração para que tudo se aquietasse.

Depois de evidenciada a situação de força em que se encontrava o rei, o autor do folheto completa o díptico com a demonstração da posição de fraqueza dos revolucionários portugueses. Em primeiro lugar, fraqueza política, consequência da conjuntura europeia. A Santa Aliança existia e por causa dela os portugueses ver-se-iam obrigados a moderar os seus ímpetos revolucionários. Jamais poderiam, por exemplo, prescindir do monarca legítimo: «Os facciosos mais desenfreados são obrigados a protestar em alto e bom som a sua sincera dedicação às dinastias legítimas. É com esta atitude hábil que eles

tiram à grande Confederação Europeia o direito aparente de se imiscuir naquilo que chamam os seus negócios internos, ou seja, deter o seu surto revolucionário». Os sediciosos de Nápoles tinham seguido esta tática e os portugueses ver-se-iam coagidos a optar por ela, mau grado as ameaças dirigidas a D. João VI. As atitudes ameaçadoras a que alude o autor do folheto tinham contudo sido tomadas antes da revolução e já tinham sido condenadas por Hipólito da Costa no *Correio Brasiliense*. Tratava-se da substituição da casa de Bragança pelo ramo de Cadaval ou então da união de Portugal à Espanha Constitucional (1).

A inviabilidade da primeira hipótese é assim demonstrada pelo autor do folheto: por um lado, a massa do povo encontrava-se imbuída de respeito pela casa reinante e portanto não convinha aos revolucionários contrariar este sentimento; por outro, as grandes potências europeias jamais aceitariam tal substituição. Os revolucionários portugueses não tinham portanto outra saída senão aceitar a dinastia reinante, ou melhor, não podiam mesmo passar sem ela, por muito que isso lhes custasse. Embora a dedicação ao monarca legítimo fosse «virtude incompatível com o carácter de constitucional radical», o qual procurava aniquilar a autoridade real e transformar os reis em simples máquinas de assinar documentos, pelo menos havia que aparentar tal virtude em nome da eficácia política.

Quanto à segunda hipótese, a união de Portugal e Espanha, «encontraria um obstáculo invencível na antipatia nacional, que sobreviveria sempre após os entusiasmos do momento e que impediria que se realizasse uma verdadeira fusão entre os dois povos». Além de que a Santa Aliança reagiria ainda com maior violência a esta solução do que à mudança de dinastia.

À fraqueza política do Portugal revolucionário acrescentava-se a fraqueza económica. Caso houvesse uma cisão entre um Brasil fiel à monarquia tradicional e um Portugal constitucional, «que poderia Portugal enviar ao Brasil para comprar aqueles produtos coloniais que se tornaram uma verdadeira necessidade para os seus habitantes?». Espécies metálicas não, porque, «como não possui nem minas de ouro nem minas de prata, em breve estaria totalmente desprovido delas». Objectos manufacturados também não, porque não tinha manufacturas.

(1) Número de Julho de 1820.

Tão-pouco trigo, pois a colheita não chegava a dar metade do que os portugueses consumiam. Quanto ao ferro e quinquilharia, Portugal importava-os do estrangeiro, pagando-os com o ouro do Brasil. Os vinhos, o sal e alguns pequenos artigos também de nada valeriam, uma vez que sobre eles recaíssem os mesmos direitos alfandegários que sobre as outras nações.

Previendo a objecção de que o Brasil também precisaria economicamente de Portugal, dado que a população branca brasileira era preguiçosa, exigindo portanto a vinda de colonos da metrópole, o autor do folheto afirma que seria muito fácil encorajar, por meio de sábias leis e regulamentos, a emigração para o Brasil de alemães, suíços, ingleses, irlandeses, dinamarqueses, suecos e franceses.

Demonstrada a força do rei e a fraqueza dos revolucionários, por que razão deveria a família real aceder em regressar à metrópole? «Todos os bons espíritos serão de opinião de que a família real não deve, de modo algum, no seu interesse bem entendido, abandonar o Brasil».

Aliás, a partida do rei seria o prelúdio da independência do Brasil, pois uma região tão vasta e rica, que durante 13 anos fora o centro do Império português, gozando todas as vantagens de ser sede do governo, sentindo toda a sua superioridade em relação a Portugal, não podia de modo algum «contentar-se com uma parte qualquer no governo, mesmo mais considerável do que a concedida pela Espanha às suas colónias e isto pela razão muito simples de que essa participação no governo é sempre perfeitamente illusória, quando aqueles a quem é concedida se encontram a duas mil léguas de distância do local em que se decidem os negócios públicos».

Vários outros factores contribuiriam para a independência do Brasil: a acção dos partidos, a influência dos países vizinhos, todos de armas na mão para conquistar a sua independência, as tentativas dos governos constituídos da América para propagar o espírito republicano, a divergência de carácter e de opiniões que várias vezes se manifestara já entre europeus (portugueses) e brasileiros e que, depois da partida da família real, não tardaria em degenerar numa antipatia nacional.

Demonstrada assim a posição de força em que se encontrava o rei, contrabalançada pela fraqueza dos revolucionários, e agitado o espectro da independência do Brasil, o autor do folheto podia concluir: «Por consequência cremos firmemente que, no estado actual das coisas,

o rei nada tem a perder em temporizar em relação aos seus súbditos de Portugal, em esperar os acontecimentos e as posteriores resoluções do Congresso de Troppau». Em vez de se preocupar com o regresso a Portugal, deveria o monarca ocupar-se seriamente com o fortalecimento da sua autoridade no Brasil.

A historiografia brasileira tem-se preocupado mais com o problema da autoria do folheto em francês do que com a análise das suas teses ou com a repercussão que alcançou (1). Em carta ao Intendente Geral da Polícia, datada de 28 de Janeiro de 1821, o emigrado francês Cailhé de Geine, apontado como autor do folheto, quer por Otávio Tarquínio de Sousa (2), quer por Hélio Viana (3), descrevia a agitação produzida no Rio de Janeiro pela publicação da brochura: «Este efeito vai crescendo a cada momento. Nada iguala a diligência que põe o Corpo Diplomático em procurá-la. Vários exemplares partiram pelo brigue espanhol *Aquiles*, outros pelo navio inglês que fez vela ontem, para Jersey. O paquete inglês que parte terça-feira levá-lo-á para todos os países da Europa. As principais personalidades desta capital manifestam a mesma solicitude, o que se estende a todas as pessoas de alguma instrução, que se ocupam de assuntos políticos» (4).

Que reacções provocou o folheto? «Os brasileiros em geral, e mesmo grande número de portugueses da Europa, estão de acordo com o sentido deste escrito», diz Cailhé de Geine, exagerando talvez a boa acolhida ao texto. «Por outro lado, os que o desaprovam, fazem-no com muita exaltação. Não podendo atacar quase nada o fundo do pensamento, realçam com acrimónia várias expressões que qualificam de abomináveis e escandalosas, tais como as de rebeldes, facciosos e sediciosos, aplicadas aos autores da revolução de Portugal». Estas observações são justas. Se compararmos o folheto em francês com um panfleto publicado na Baía com o objectivo de refutar as suas teses, observa-se que, aos argumentos do primeiro, se responde com frases altissonantes mas vazias, que de modo algum rebatem a

(1) Sobre a questão da autoria do folheto, ver HÉLIO VIANA, artigo citado.

(2) *A vida de D. Pedro I*, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1954, vol. I, p. 156.

(3) Ver notas 32 a 34 à 3.ª edição da *História da Independência do Brasil*, de F. A. VARNHAGEN, São Paulo, 1957.

(4) Carta transcrita por HÉLIO VIANA, artigo citado, p. 23-24.

argumentação apresentada ⁽¹⁾. Cailhé de Geine aponta ainda, como contrário ao folheto, o grupo daqueles que aspiravam à independência do Brasil, mas que a não queriam dentro dos moldes do Antigo Regime: «Entre os brasileiros opostos àquele escrito, notam-se os revolucionários-independentes que sustentam, com uma espécie de furor, que os vícios da administração, de que se trata na brochura, *jamais serão corrigidos* pelo governo actual do Brasil. Que é um verdadeiro engano esperar qualquer melhoramento proveniente do trono».

Por isso insiste Cailhé de Geine na sua carta que D. João VI «se dirija a seus povos em uma proclamação, na qual o rei terá o cuidado de dizer que quando, depois de ter bem estudado, durante vários anos, as molas da administração no Brasil, ele estava na iminência de sujeitar o seu governo a diversas modificações necessárias ao bem-estar de seus súbditos, teve a dor de ver uma parte do Império submetido ao seu ceptro perturbada pelo espírito revolucionário, mas que essa dolorosa circunstância não o impediria de se ocupar da felicidade dos súbditos que lhe ficaram fiéis».

O *Exame analítico-crítico* ao folheto em francês deixa na sombra a primeira parte da argumentação deste, ou seja, a demonstração da força do rei e da importância do Brasil, para se preocupar principalmente em rebater o segundo momento, ou seja, a afirmação da posição de fraqueza em que se encontravam os revolucionários portugueses.

Rechaça a ideia de uma fraqueza política resultante da conjuntura europeia, e principalmente da existência da Santa Aliança, mas sem argumentos sólidos e com o único recurso retórico a palavras grandiloquentes ou, então, a princípios do Direito das Gentes. À afirmação de que a situação política da Europa obrigava os revolucionários portugueses a aceitarem a dinastia reinante, responde-se: «Já disse ao senhor discursista que Portugal não sabe fingir respeito para o seu rei e portanto, se protestamos adesão à dinastia do nosso augusto soberano, é porque realmente o amamos e não por temor da palmaria britânica (...). Do mesmo modo não pretendemos evadir-nos com este protesto de amor e respeito à nossa Casa Real, da agressão da Confederação Europeia». Para negar um facto possível, e mesmo

(1) *Exame analítico-crítico da solução da questão: «O rei e a família real de Bragança devem, nas circunstâncias presentes, voltar a Portugal ou ficar no Brasil?»*, publicada na Corte do Rio de Janeiro. Este folheto está publicado nos *Documentos para a história da independência*.

provável, recorre-se às máximas do Direito: «Estamos muito fixos que as nações civilizadas conhecem ser contra o Direito das Gentes ingerir-se nos arranjos internos dos Estados, ou nas suas contendas intestinas, quando não afectam os governos de fora». Seria contrária ao Direito das Gentes a invasão de Portugal pelas tropas da Santa Aliança e portanto os revolucionários não a temiam, como se a normatividade do Direito fosse sempre seguida em política. Sabendo que este argumento tinha pouca força, usa-se um argumento histórico, um argumento tirado da experiência, simplesmente referente a outras conjunturas e portanto igualmente fraco: «Suíça, Holanda, Inglaterra e outras, quando quiseram reformar os seus negócios domésticos, não experimentaram contradição de potência estranha».

Quanto à união dos dois países constitucionais, Portugal e Espanha, cuja impossibilidade fora demonstrada pelo autor do folheto em francês, responde-se com a simples afirmação da sua possibilidade, embora reconhecendo-se a dificuldade de tal solução: «Essa reunião à Espanha é sonho desesperado e só em desesperação se poderá verificar». De qualquer modo, jamais os revolucionários portugueses modificariam a sua atitude por pressões europeias: «Diga o tal Congresso de Troppau o que bem lhe parecer; já estamos emancipados e renunciámos a tutoria. Roguem, supliquem muito embora a essas grandes potências que, atropelando os mais sagrados direitos, venham como os godos destruir-nos e tirar-nos a Constituição. Poderão levá-la, mas há-de ser arrancando-a do coração do último português».

Perante a demonstração da fraqueza económica de Portugal que, em caso de cisão com o Brasil, impossibilitaria a compra dos produtos coloniais a que os portugueses se tinham habituado, responde-se muito simplesmente que Portugal seria feliz na sua frugalidade: «Pensa o senhor discursista que os portugueses sem o comércio desta região não poderiam viver? O português é naturalmente sóbrio, frugal, dotado de costumes graves e austeros. Acomoda-se a todas as circunstâncias sem desesperar e tão contente está com a mesa do vencedor de Aljubarrota como com as iguarias exquisitas de Sardanápalo».

Consciente de que o autor do folheto em francês utilizara a ameaça de cisão com o intuito de moderar os ímpetos revolucionários, o autor do *Exame analítico-crítico* responde: «Senhor discursista, não pense que Portugal retardará a marcha dos seus projectos ou deixará de os levar ao seu *ultimatum* com o temor de uma ruptura com o Brasil (...). Fortifique pois S.M. a sua autoridade no Brasil, mas não julgue que

isso retarda o vôo da Constituição portuguesa. Ela caminha a grandes passos e não é o susto de ser alienado o Brasil da metrópole quem demora os seus progressos».

Fazendo um contra-ataque, procura mostrar que, no caso de se verificar a cisão entre os dois reinos, os «portugueses americanos» ficariam em péssimas condições: «Se o seu conselho pérfido for ouvido, em muito pouco tempo ficareis sem navegação e sem comércio; tudo passará às mãos do estrangeiro, a quem o discursista quer entregar o vosso país». E o domínio estrangeiro seria mil vezes pior do que a união com um Portugal Constitucional: «Se vos separardes da metrópole, os estrangeiros dominarão o vosso comércio inteiramente e o vosso país, acabarão de vos exaurir e vireis a ser seus escravos. Tanto mais será isto certo quanto vós ficais sujeitos a um governo frouxo e egoísta, que vê só o seu interesse pessoal e não se comove da vossa desgraça». Além disso, com que gente iriam os portugueses americanos tripular as suas embarcações, caso não pudessem mais contar com os portugueses da metrópole? E finalmente, como último argumento deste contra-ataque, recorre-se à incapacidade mercantil dos habitantes do Brasil: «Não estais versados em negócios de variada especulação, nem tendes meios fáceis para isso, estais só acostumados a vender e comprar à vossa porta ou em Portugal pelas mãos dos vossos comissários».

O autor do folheto em francês afirmara que o Brasil não mais se contentaria com uma pequena participação num governo geograficamente distante. Ora, como o *Exame analítico-crítico* foi publicado depois da adesão da Baía às Cortes de Lisboa, o seu autor podia já escrever: «Senhor discursista, agora já se sabe que saiu falsa a sua conjectura, porque a Santa Constituição, que proclamamos e juramos com nossos irmãos da Europa, fez desaparecer o seu receio e o nosso susto. Contentamo-nos sim senhor com *essa parte que tivermos no governo, seja qual for*, porque, como é a nação quem a dá e não homens de vistas curtas e interessadas, não há-de ser má, e, se não for do nosso agrado, requereremos, seremos ouvidos com muita atenção e haverá reforma a nosso contento. Sempre *alguma coisa é melhor que nada*, que até agora nos coube e que o senhor discursista nos destinava em partilha».

Muito embora as notícias da revolução portuguesa tivessem provocado, como vimos, uma profunda agitação na opinião pública do Rio de Janeiro e na esfera governamental a situação política ainda

aparecia como controlável pelo governo de D. João VI, na medida em que no Brasil ainda não se tinham verificado explosões revolucionárias. A atitude geral era de expectativa. «Enquanto não chegou à corte do Brasil a notícia da revolução da Baía — escreve José da Silva Lisboa — o partido conformista das convocadas Cortes de Lisboa não se atrevia a romper no excesso da facção metropolitana e guardava acatamento a el-rei, mas bem se percebia a aproximação da crise revolucionária pela insolência dos discursos dos cabalistas e da oficialidade da tropa lusitana e ainda mais pela devassa abertura dos conciliábulos das *sociedades secretas*»⁽¹⁾. A notícia da revolução baiana teve o efeito de desencadear a crise, pois com ela caía por terra a tese governamental de que o Brasil permanecia submetido à autoridade do rei.

A ADESÃO DA BAÍA ÀS CORTES DE LISBOA
E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA POLÍTICA DO RIO DE JANEIRO

Já a 2 de Dezembro de 1820 Tomás António manifestava ao rei as suas apreensões acerca da situação política na Baía e defendia a necessidade de uma imediata mudança de governador naquela província: «...o que V.M. tem decidido de ir o conde de Vilaflor é muito justo e acertado e, se não o fizer, expõe-se a ver perder a Baía e principiar a revolução no Brasil». Ora a política deste ministro tendia sobretudo a evitar que o movimento revolucionário português se propagasse ao Brasil, pois seria ao rei mais fácil negociar com as Cortes de Portugal se possuísse a poderosa arma da fidelidade brasileira. Prosseguindo ainda sobre o mesmo assunto, escrevia: «É conhecida de V.M. a manobra secreta da Baía; todo o mundo conhece e teme, e pergunta por que se não dá providência. Precisa pois dar as providências já ponderadas e não perder tempo, porque eles não o perdem». O retrato tradicional que a historiografia brasileira pintou deste ministro de D. João VI não se coaduna com esta pressa de agir, com esta certeza da necessidade de tomar decisões rápidas, mas é preciso ver que a imagem criada pelo historiadores representa apenas uma faceta

(1) Contemporâneo dos acontecimentos aqui descritos, JOSÉ DA SILVA LISBOA relatou-os mais tarde na *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada a D. Pedro I*, Rio de Janeiro, 1826-1830, parte X, cap. IX.

do seu retrato político, a do reaccionário querendo ganhar tempo perante os revolucionários, e não a do ministro lutando denodadamente por manter a monarquia tradicional na sua integridade. É esta luta que o leva a insistir: «É necessário um governador soldado e não um como Aires Pinto que se deixou surpreender; é necessário quem desmanche a combinação dos maçons» (1).

A sua insistência aliás pouco adiantou, pois, encontrando a oposição do conde dos Arcos, só a 3 de Janeiro conseguiu entregar instruções a Vilaflor, que não chegou contudo a partir, como veremos mais adiante. Mas estas instruções merecem uma análise detalhada pois são assaz elucidativas sobre a política deste ministro (2). Em primeiro lugar, recomenda a «tranquilidade pública» e para se conseguir isso toda a vigilância seria pouca: «cuidará muito em evitar correspondências suspeitas e em não admitir emigrados sem certeza de que não são emissores, fazendo-os observar pela política e expelindo-os ou castigando-os, se forem compreendidos em culpa». No caso de se verificarem na Baía tumultos ou motins, deveria Vilaflor ter o cuidado de que se fizessem aos réus «processos judiciais, para não vir a embaraçar-se o ânimo dos juizes na imposição das penas». Mas no caso de não ser possível agir legalmente, deveria proceder «militarmente, na forma do regimento dos governadores, pois a conservação do Estado é de superior consideração». Por outras palavras, a força supriria a lei em caso de necessidade. Uma outra precaução a ser tomada para a conservação da «tranquilidade pública» seria não permitir que os oficiais da tropa estivessem fora dos seus postos ou que soldados pertencentes a outras províncias se demorassem na Baía.

Qual deveria ser a atitude do governador nas suas relações com a metrópole? Tomás António não perdera ainda a esperança de que a situação política em Portugal se pudesse compor: «A respeito de Portugal, se comunicarão a V.E. as resoluções que tomar S.M., porque, sendo certo que a maioria da nação é fiel ao mesmo senhor, que os soldados confessam que foram iludidos pelo grito de *viva el-rei* e *viva a religião*, que não entendiam o que era Constituição e não sabiam o que viram depois, que havia um partido que queria ocupar o governo, desobedecendo a el-rei, e que este partido apareceu composto de pessoas

(1) *Documentos para a história da independência*, vol. I, p. 178.

(2) *Ibid.*, p. 41-43.

que não tinham a aceitação pública, tudo tem concorrido para que S.M. espere as propostas que lhe fizerem as Cortes sobre as mudanças ou emendas que acharem convenientes na administração, porque então dará as suas resoluções». Durante este compasso de espera, as relações com Portugal deveriam ser mantidas, embora sob vigilância: «Por esse motivo não embarace V. Ex. a remessa do tabaco e dos géneros coloniais para Portugal; procurará, porém, que não haja remessas de numerário, pois não fazem o uso digno que devem». E quem quisesse ir à metrópole tratar de negócios pessoais poderia ir.

Estas instruções têm a data de 3 de Janeiro, mas, como em seguida o conde de Vilaflor pediu instruções mais detalhadas para o caso de, ao chegar à Baía, esta província já ter aderido às Cortes de Lisboa, e como também o conde dos Arcos continuava a opor-se à substituição do governador, a notícia da revolução baiana encontrou Vilaflor ainda no Rio de Janeiro.

Existia então na Baía um periódico intitulado *Idade d'Ouro do Brasil* e é por ele que podemos seguir os acontecimentos, pois a revolução se deu a 10 de Fevereiro, um sábado, e logo no dia 13 o gazeteiro fazia um relato, não sem antes fazer declarações do seguinte tipo: «a sorte guardava a Baía na sua imperscrutável urna para ser a Redemptora do Brasil como havia guardado o Porto para Redemptor de Portugal».

Há uma alusão directa à demora da corte em reagir à revolução portuguesa: «A Baía esperava em modesto silêncio pela resolução do Rio de Janeiro à vista dos sucessos de Portugal; a Baía não queria roubar aos ministros de S.M. a glória de fazerem por bem aquilo, que necessariamente se havia de fazer por mal». E acentua que o povo, «antes de se servir das baionetas, se serviu de lágrimas, e humildes representações, que nem chegavam aos ouvidos do mais amável dos soberanos». E no texto da proclamação aos soldados aparece a mesma crítica ao Rio de Janeiro: «Nós somos os salvadores do nosso país: a demora é prejudicial; o despotismo, e a traição do Rio de Janeiro maquinam contra nós: não devemos consentir que o Brasil fique nos ferros da escravidão» (1).

(1) A colecção mais rica deste periódico encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.

No dia 16 de Fevereiro comenta o gazeteiro: «Os actuais sucessos da Baía não são filhos de um ou outro génio distinto por sua coragem, e sabedoria; não, são a obra da opinião, e do tempo. Os governos constitucionais são uma conquista que os povos têm ganhado, e que os tiranos não lhes podem mais arrancar.» E prossegue mais adiante: «enquanto houver maus governos no mundo há-de haver revoluções, porque os homens não são estúpidos perus, que se dirigem entre malvas ao aceno de uma cana». E o aspecto mais chocante daquilo que denomina despotismo era afinal de contas a má administração da Justiça: «Como era possível que os baianos vissem com sangue frio cometerem-se assassinos com provas evidentes de facto, sem que a Justiça se comovesse do pranto das viúvas, e de seus tenros filhinhos, que choravam o pai estendido no meio da rua? Como podiam os lavradores sofrer, que para a decisão de qualquer frívola demanda fosse necessário abandonar os seus campos para residir na cidade, vendendo os bois da sua lavoura, e as pequenas jóias da esposa e filhas, para saciar a malvada fome de ouro daqueles, que lhe haviam de dar a sentença?».

O manifesto da Junta Provisional do Governo da Baía, redigido a 11 de Fevereiro, foi publicado na gazeta de 16, e este documento mostra que a notícia da nomeação de Vilaflor para governador apresara os acontecimentos na Baía. Eis o texto do manifesto:

«Os habitantes da Baía, apurados por mil incidentes e motivos, desejavam há muito o estabelecimento de um governo liberal, e justo, que coarctasse a carreira de seus males, e promovesse a sua felicidade; mas eles dotados de um carácter manso e sossegado, continuavam a viver debaixo do pesado jugo que os oprimia, imprecando tão somente a Providência, a fim de que ela inspirasse ao nosso muito amado rei e senhor D. João VI, a feliz ideia de nos dar voluntariamente a Constituição de Portugal. Tais eram seus desígnios e seu modo de obrar, quando o governo do Rio de Janeiro, por uma medida indiscreta, e com vistas secundárias de terror e opressão nomeara para governador desta Província ao conde de Vilaflor, militar moço e fogoso, de quem os periódicos de Lisboa tinham feito o mais horroroso quadro. Foi nestas apertadas conjunturas que os bravos soldados da Baía, vendo perdida a pátria, pretenderam salvá-la, e com animosidade e denodo até agora nunca visto, proclamaram a mesma Constituição de Portugal, convocaram a Câmara, e instalaram este governo, até que Sua Majestade, assentindo à opinião geral dos povos, conceda a todos os

seus domínios a Constituição que com armas na mão se tem proclamado. Seguindo o exemplo de seus irmãos de Portugal, os habitantes da Baía têm jurado com eles fidelidade ao nosso bom rei o senhor D. João VI, e a toda a sua dinastia, obediência à Constituição de Portugal, e interinamente à de Espanha, conservação e respeito à religião de nossos pais».

A crise política no Rio de Janeiro tornou-se mais aguda quando a 17 de Fevereiro ali se soube que a Baía se desligara da obediência ao rei e aderira ao sistema constitucional de Lisboa. Silvestre Pinheiro Ferreira, na sua correspondência, declara ignorar as causas próximas da revolução da Baía, mas diz também que, pelas notícias que dali recebera, lhe parecia provável que «o partido europeu», informado do projecto de Constituição brasileira e não concebendo que fosse possível existirem duas Constituições diferentes dentro de um só Estado, «assentou de prevenir este acontecimento, proclamando a adesão às Cortes e ao sistema que por elas se houver de decretar em Portugal» (1).

Testemunha da revolução de 10 de Fevereiro na Baía, Francisco de Sierra y Mariscal fornece informações mais detalhadas sobre os partidos baianos: «Neste dia eu lá me achava. Quem anda envolto nas massas do povo como eu é que observa o como aquilo se fez. Havia três partidos». Também ele fala do «partido europeu», cujo objectivo era a união de Brasil e Portugal através de uma comunhão política, mas, além deste, refere um partido «muito novo» no Brasil, composto «de alguns senhores de engenho, de alguns empregados públicos e de mui poucos eclesiásticos». E explica: «Este partido é tão novo que nasceu no ano de 1821, quando saiu um folheto em francês no Rio de Janeiro, esboçando uma espécie de Constituição com duas Câmaras». O terceiro partido era o «democrata», muito numeroso e «composto do povo em geral, que é duma ordem desconhecida na Europa, porque ele nada tem a perder». Nele incluía contudo os senhores de engenho, «porque é o partido das revoluções e com elas se vêem livres dos seus credores»; a maior parte do clero, «porque com as revoluções não podem descer mais do que são»; e finalmente os empregados públicos, «que ambicionam os restos da fortuna dos europeus» (2).

(1) Carta 4.^a

(2) «Ideias gerais sobre a revolução do Brasil e suas consequências», em *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XLIII-XLIV, p. 62-63.

Caracterizados assim os partidos baianos nas vésperas da revolução de 10 de Fevereiro, vejamos agora como Sierra y Mariscal explica os seus respectivos objectivos: o europeu «queria seguir o partido de Portugal, fosse ele qual fosse»; o democrata «queria os governos provinciais independentes»; o aristocrata, que ainda não era bem conhecido, «queria um governo no Rio de Janeiro independente de Portugal com Constituição e duas Câmaras e no qual se concentrasse o Brasil». Para fazer a revolução, os partidos europeu e democrata uniram-se, mas, depois dela, «o partido europeu teve poder bastante para suplantar o democrata», muito embora a estrutura do Governo Provisório tivesse sido planejada por este.

Esta cisão só transparece na *Idade d'Ouro do Brasil* a 19 de Fevereiro, quando o redactor escreve: «O Marechal Felisberto (Caldeira Brant) suspirava pela revolução, mas queria figurar nela como primeiro agente, o que era incompatível com a sua má reputação nesta Cidade. Também deu repetidas vezes evidentes mostras de que não queria comunicação com Portugal, mas fazer um governo semelhante ao dos Estados Unidos da América». Eis aqui portanto o principal chefe do partido democrata, que, segundo o gazeteiro, «projectou a guerra civil, único refúgio, que lhe restava». E prossegue: «Tão firme estava ele no seu projecto de separação de Portugal, que ainda propôs na Câmara este delirante projecto; e aí morreria infalivelmente, se algumas mãos caridosas não lhe desviassem os golpes.»

Ao ter conhecimento no Rio de Janeiro da revolução baiana, Palmela, considerando o momento como «o mais crítico possível», pediu imediatamente ao rei a convocação do conselho de ministros, declarando que «as medidas de força e de vigor não se podem já adoptar, por não haver quem queira executá-las e nem seriam a propósito no estado de efervescência em que vai achar-se brevemente esta cidade com a notícia de hoje» (1). A revolução da Baía tornava mais urgentes do que nunca as medidas propostas por Palmela: «o fogo revolucionário vem aproximando-se rapidamente e, se V.M. não conseguir dar-lhe uma direcção conveniente, em breve se achará envolvido por todos os lados pelo incêndio» (2). Insiste portanto novamente na publicação de um manifesto em que o rei se declare disposto a trabalhar

(1) *Despachos e correspondência do duque de Palmela*, tomo I, p. 166.

(2) *Ibid.*, p. 168-9. Documento datado de 19 de Fevereiro.

de acordo com os representantes da nação, legitimamente convocados, nas reformas e melhoramentos de que carecia a constituição da monarquia. Volta a falar na partida de D. Pedro, mas desta vez propõe que o príncipe vá com um aparato bélico destinado a tomar conta da situação, se lhe parecesse oportuno. D. Pedro deveria partir «com a maior força naval» que se lhe pudesse aprontar e esta esquadra deveria ir guarnecida «com o maior número de soldados dos batalhões portugueses» (1). O aristocrata Palmela, vendo a sua causa quase perdida, não hesita portanto em aconselhar, tal como Tomás António o fizera, medidas de força, desde que efectivamente houvesse apoio militar, caso contrário tais medidas seriam utópicas: «se à chegada do príncipe houver naquele reino um suficiente desenvolvimento de lealdade, devem dissolver-se as Cortes e convocá-las segundo os antigos costumes da monarquia, para que estas determinem legalmente o modo da convocação das que hão-de reformar a Constituição. Para isto porém é necessário contar sobre o apoio da tropa e, se o não houver suficiente, julgo mais acertado e prudente transigir». A dissolução violenta das Cortes portuguesas, anteriormente proposta pelos elementos mais reaccionários dos meios políticos cariocas, era agora a medida preconizada por um ministro apenas conservador, mas que, afinal, assumia uma atitude idêntica à dos reaccionários quando os interesses da sua causa, a causa da nobreza, perigavam devido ao avanço democrático no Brasil. Aliás, que a causa defendida por Palmela fosse a causa da nobreza foi algo que não escapou a Tomás António, o defensor do trono que aconselhava o rei a não ceder um palmo que fosse da sua autoridade real e que acrescentava, aludindo à proposta de Carta Constitucional feita por Palmela: «Se cede para repartir com a nobreza, virá a perder-se toda, tirando o povo tudo; o meio de conservar-se a nobreza é conservar os usos do reino e o soberano é que a defende» (2). Que não julgasse portanto a nobreza encontrar garantias de sobrevivência numa monarquia constitucional, embora conservadora; ela só se poderia manter à sombra da plena autoridade real.

Palmela aconselha que o príncipe transija, caso não seja possível dissolver pela força as Cortes de Lisboa, mas esta transacção, nos termos em que a coloca, traria como consequência a infiltração de

(1) *Ibid.*, p. 170-1.

(2) *Documentos...*, vol. 1, p. 182. Documento datado de 14 de Janeiro.

elementos reaccionários, uma vez que o príncipe deveria nomear para o seu ministério alguns dos que já lá estavam «juntamente com outros de experimentada fidelidade, como António de Saldanha ou o marquês de Marialva» (1). Tudo isto tinha como objectivo «procurar que a Constituição não se faça totalmente democrática».

A 21 de Fevereiro, Palmela enviou ao rei um projecto de decreto com as bases fundamentais da Carta Constitucional, a segunda das quais estabelecia aquilo por que Palmela se batia: o bicameralismo e a participação do rei no legislativo (2). A 22 respondia às objecções feitas por D. Pedro às bases da Carta: «Soube que o senhor Príncipe Real tinha apresentado a V.M. um papel no qual diz que o conceder estas bases é reconhecer as Cortes actuais e por consequência é uma acção vergonhosa. Estou tão longe de concordar nessa opinião que julgo pelo contrário que dar V.M. as bases de uma Carta Constitucional é ditar a lei». Palmela tinha razão na medida em que pensava em função do partido democrático; D. Pedro tinha razão porque se colocava do ponto de vista reaccionário, para o qual não existia diferença alguma entre conservador e democrata. Palmela esclarece ainda que o seu projecto deveria ser publicado na íntegra, pois não se lhe podia tirar uma só frase «sem desarranjar todo o nexo das ideias» e também porque unicamente através das bases da Carta havia alguma esperança de contentar os portugueses europeus do Rio de Janeiro, «classe muito numerosa e importante», a Baía e as demais províncias do Brasil, que àquela data talvez estivessem já sublevadas (3).

Mas o que a 23 de Fevereiro se publicou foi um decreto já preparado a 18 de Fevereiro e que mais tarde os conspiradores do movi-

(1) *Despachos...*, tomo I, p. 170.

(2) *Ibid.*, p. 171. As bases eram as seguintes: 1.^a o poder executivo residirá indiviso na pessoa inviolável d'el rei; 2.^a o poder legislativo será exercido coletivamente por el-rei e pelas cortes, divididas em duas câmaras; 3.^a o poder judicial será administrado publicamente por tribunais independentes e inamovíveis em nome d'el-rei; 4.^a a liberdade individual, a segurança da propriedade e a liberdade moderada de imprensa; a igualdade de repartição dos impostos sem distinção de privilégios nem de classes; a responsabilidade dos ministros e dos empregados do governo; a publicidade da administração das rendas do Estado serão garantidas para sempre e desenvolvidas pelas leis da monarquia. Estas bases, concedendo aparentemente tudo o que constituía o credo liberal, impunham contudo a cláusula 2.^a, que distinguia o constitucionalismo conservador do constitucionalismo democrático.

(3) *Ibid.*, p. 175-6.

mento revolucionário do Rio viriam a apontar como uma das causas próximas da revolução, por ele se opor à conservação da unidade política do Reino Unido. O texto mostra na verdade que o governo era de opinião de que a Constituição a ser recebida em Lisboa pelo príncipe e transmitida a seu pai, para aprovação e sanção, não poderia «ser igualmente adaptável em todos os seus artigos e pontos essenciais à povoação, localidade e mais circunstâncias tão ponderosas como atendíveis deste reino do Brasil». Por outras palavras, a Constituição do Brasil não deveria ser exactamente igual à de Portugal e a isto chamaram os revolucionários de 26 de Fevereiro quebra da unidade política entre os dois reinos.

Além de se insurgirem contra esta passagem do decreto, criticavam também o modo de convocação dos procuradores destinados à Junta de Cortes responsável pelas alterações necessárias, pois esses procuradores seriam em número restrito, uma vez que só as câmaras e vilas principais do Brasil, com juizes letrados, os poderiam enviar. O peso destas duas críticas não era contudo igual: enquanto a primeira é uma crítica de base, a segunda incidia apenas sobre uma questão de pormenor, que só teria importância no caso de efectivamente se aceitar que a Constituição elaborada em Portugal sofresse alterações no Brasil, facto que os revolucionários do Rio estavam pouco dispostos a aceitar, pois, com o pretexto de adaptar o texto constitucional, o governo tinha em mente apenas retardar a reforma da monarquia. «O público ajuizou ser este decreto um estratagema dilatatório do ministro dos Negócios do Reino, preponderante no gabinete», comenta José da Silva Lisboa, que prossegue: «Era óbvia a incoerência de se formar para o Brasil Constituição distinta de Portugal depois da lei que constituiu Reino Unido essas principais partes da monarquia lusitana. Projecto tão impolítico só podia ter efeito de exasperar os brasileiros, vendo-se decair do predicamento a que antes havia sido elevada a sua *pátria nativa*, ameaçada de ter Constituição menos liberal da prometida na intitulada *pátria comum* e de enfurecer os portugueses residentes nos territórios ultramarinos da coroa, sendo desiguais em direitos políticos, prevendo as funestas consequências do inepto ardid do ministro de curtas vistas, que assim, com as próprias mãos, levantava a muralha de separação entre os Estados co-irmãos» (1).

(1) *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil dedicada a D. Pedro I*, parte X, cap. IX.

A acção política de Tomás António era contudo extremamente coerente com os seus princípios. O seu objectivo fundamental era preservar a autoridade real e, tendo falhado a possibilidade de um Brasil alheio à revolução constitucional, lutava agora por um Brasil o menos democrata possível. Daí a insistência, em todos os actos governamentais por ele inspirados, na necessidade de *adaptar* a Constituição portuguesa às condições brasileiras.

O MOVIMENTO CONSTITUCIONAL

DE 26 DE FEVEREIRO DE 1821 NO RIO DE JANEIRO

O texto fundamental para se estudar a eclosão do movimento é a *Relação dos sucessos do dia 26 de fevereiro de 1821 na Corte do Rio de Janeiro*, redigida em Junho do mesmo ano por um dos actores dos acontecimentos⁽¹⁾. O objectivo fundamental deste folheto, escrito em linguagem pomposa e altissonante, em que predomina a adjectivação grandiloquente, era demonstrar que os conspiradores de Fevereiro, longe de serem rebeldes à monarquia e de terem atentado contra ela, eram súbditos leais a D. João VI, tendo agido para bem da pátria e apoiados por D. Pedro.

Explica o seu autor que, perante a notícia da revolução em Portugal, «tanto brasileiros como europeus, que já haviam acordado do sono da sua paciência, deram demonstrações do mais vivo júbilo» e, se não tinham agido imediatamente, fora porque os contivera «a extensa dedicação e o máximo respeito» que sentiam pelo rei. A revolução acabou sendo feita porque vários acontecimentos a provocaram: «Ministros maus, conselheiros pérfidos e cortesãos desmoralizados, em lugar de sincera e respeitosamente fazerem ver a S.M. qual era a vontade da nação, procuraram sugerir-lhe medidas de terror e de repressão à mesma vontade nacional». É clara aqui a alusão à atitude reaccionária de Tomás António. Como causa próxima do movimento

(1) Escrita no Rio a 10 de Junho de 1821 e impressa na Bahia, esta publicação veio à luz por razões de esclarecimento da opinião pública: «Obrigou-nos a romper o silêncio que guardávamos a inexactidão das notícias que vimos espalhadas em alguns periódicos, em um dos quais (*Aurora Pernambucana*, n.º 5) até lemos mentirosas acusações contra dois dos nossos referidos companheiros e amigos» (*ob. cit.*, p. 17).

constitucional, cita-se ainda a publicação do folheto em francês, «espalhado pelo ministério», e cujos autores, verdadeiros apóstolos da desorganização social», tinham ousado avançar, juntamente com algumas verdades, «os mais absurdos paradoxos». A terceira causa, apontada depois do reaccionarismo ministerial e do panfleto que o apoiava, era o decreto de 18 de Fevereiro de 1821, «verdadeiramente oposto à conservação da nossa unidade política» e que «até se dirigia contra os puros e luminosos princípios do Direito Público, a excluir aos habitantes das terras que não tivessem juizes letrados, dos inauferíveis direitos que a natureza deu a todos os homens». Este decreto, já referido, determinava a ida de D. Pedro para Portugal, a convocação de procuradores das cidades e vilas do Brasil para em Junta de Cortes tratarem das leis constitucionais, e a criação de uma comissão encarregada de preparar os trabalhos dos procuradores. Como quarta causa, aponta-se ainda «as inquisições políticas que existiam contra os que eram affectos ao sistema constitucional e dos quais havia listas formadas para se proceder à sua prisão» (1).

Todos estes factores contribuíram portanto para o movimento constitucional. A *Relação* fornece-nos a lista dos conspiradores. Eram onze, muitos dos quais militares: António Cutrim de Vasconcelos; António Duarte Pimenta, major graduado que fizera a guerra peninsular (2); António Pádua da Costa e Almeida, major de cavalaria, adido ao Estado Maior do Exército do Brasil; Cipriano José Soares, tenente, comandante do destacamento de artífices pertencentes à divisão de Portugal; Francisco Romão de Góis, padre; João Luís Ferreira Durmont; José Cupertino de Jesus, padre; Luís de Sousa Gama, tenente do Batalhão de Caçadores da Corte; Manuel Lopes da Costa Dias; Manuel dos Santos Portugal, major graduado de cavalaria; Marcelino José Alves Macamboa, bacharel formado em cânones.

Na tarde do mesmo dia 25 de Fevereiro em que a comissão nomeada pelo decreto se reunia em casa do conde de Palmela, cinco dos conspiradores reuniram-se em casa de Macamboa, lugar habitual dos seus

(1) *Ob. cit.*, p. 3-5.

(2) INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, no tomo I do *Dicionário Bibliográfico*, p. 127, cita *Diferentes períodos da vida do Major Pimenta, extraídos de um manuscrito que apareceu no Rio de Janeiro em 1838*, onde se fala da sua atuação na revolução de 26 de Fevereiro.

encontros. Decididos a fazer jurar a Constituição de Portugal no dia seguinte, imediatamente entraram em acção: «Desde logo passámos a executar tudo quanto existia em plano, começando por fazer naquela noite aviso aos diferentes corpos da guarnição desta Corte do que pretendíamos obrar, já de antemão seguros da boa vontade de muitos oficiais» (1). O esquema de acção foi prontamente executado, o que revela ter o plano sido cuidadosa e previamente elaborado.

A *Relação* refere o apoio de D. Pedro aos revolucionários do Rio, mas não especifica a amplitude dessa ajuda, ao passo que José da Silva Lisboa, na *História dos principais sucessos do império do Brasil*, dedicada ao então imperador, dá relevo à participação do príncipe nos acontecimentos de 26 de Fevereiro, dizendo que D. Pedro compareceu «para dirigir a revolução no Rio de Janeiro que infalivelmente estava a rebentar por maquinação de demagogos e resolução dos militares desta Corte.» (2) O historiador atribui a sua participação ao desejo de controlar uma revolução que corria o risco de ser demasiado democrática. D. Pedro fora «circunstanciadamente informado de que, em clandestinos congressos de ambiciosos pretensores de estabelecimento de democracias semelhantes às proclamadas no continente da América, já se havia organizado um governo de seu molde e repartido entre si os principais empregos e até nomeando a um por *ministro dos cultos* e a outro por *juiz do povo*, o que ameaçava as calamidades da revolução da França, e ao mesmo tempo de que os corpos militares, por instigação dos chefes portugueses, haviam tomado a resolução de fazerem aclamar com a força armada a Constituição de Portugal».

Na interpretação de José da Silva Lisboa, o príncipe agiu e viu-se obrigado a apoiar o juramento da Constituição portuguesa, a fim de evitar um mal maior, ou seja, o estabelecimento no Brasil de uma democracia semelhante às então existentes na América. O marquês de Resende interpretava do mesmo modo a actuação de D. Pedro: «O príncipe foi completamente estranho a esse movimento e, em lugar de contribuir para aumentá-lo, soube, por sua coragem pessoal, tirá-lo de tudo quanto podia conter de hostil à autoridade regular», sabendo «repelir com firmeza as pretensões incompatíveis com as condições

(1) *Ob. cit.*, p. 7.

(2) *Ob. cit.*, parte X, cap. XI.

essenciais a todo o governo monárquico» (1). Movimento militar, feito quase exclusivamente pela Divisão Portuguesa, a revolução de 26 de Fevereiro foi, para os democratas de então, uma revolução abortada devido à intervenção de D. Pedro, que naquele momento evitou habilmente que fosse adoptada interinamente a Constituição espanhola, como acontecera na Baía.

Para Silvestre Pinheiro Ferreira, que o movimento constitucional colocou no ministério, os militares portugueses tinham sido os agentes da revolução no Rio (2), mas nas suas cartas nota-se constantemente a preocupação de distinguir os «promotores públicos e ocultos» do movimento, ou seja, os simples figurantes daqueles que, «detrás da cortina», tinham dirigido os seus passos. Na sua versão, os militares foram empurrados para a revolução, não foram eles que a maquinaram. Eles precisaram de ser convencidos e o receio de que a sua estadia no Brasil se prolongasse indefinidamente foi, segundo Pinheiro Ferreira, «o principal móbil com que se abalou o ânimo da tropa para entrar na revolução de 26 de Fevereiro, por se lhe persuadir que o ministério de então, diferindo aderir à revolução de Portugal, nada menos intentava do que cortar todas as relações com aquele reino e portanto às tropas da divisão todas as esperanças de a ele tão cedo e por ventura jamais poderem regressar» (3).

Pinheiro Ferreira separa, na análise da revolução, três elementos: os instigadores, os agentes e os seguidores passivos, ou seja, a população do Rio de Janeiro. Acerca deste terceiro elemento escreveu mais tarde, quando já se encontrava em Lisboa: «Em nenhum de quantos movimentos tem havido, desde o dia 26 de Fevereiro até agora, teve parte alguma activa a gente do país, compreendendo mesmo os europeus ali estabelecidos, senão era com discursos, clubes e pasquins» (4).

(1) Citado por TOBIAS MONTEIRO, *História do Império; a elaboração da independência*, Rio de Janeiro, 1927, p. 321.

(2) Num documento da época lemos: «Esta revolução do Rio de Janeiro foi pura e essencialmente feita pela divisão portuguesa, composta dos Batalhões de Infantaria n.ºs 11 e 15, pelo Batalhão de Caçadores n.º 3, aquartelado em S. Cristóvão, e pela brigada de Artilharia aquartelada na Praia Vermelha, sendo certo que a tropa de linha brasileira, com excepção da Artilharia Montada, foi mais arrasada que voluntariamente unir-se à divisão portuguesa» (*Documentos para a história da independência*, vol. I, p. 325-6).

(3) Carta 20.^a

(4) Biblioteca Nacional do Rio, manuscrito I, 31, 22, 9.

Constataria, é certo, o entusiasmo da população pelo sistema constitucional, mas para ele a simples adesão às teorias constitucionais não representava força revolucionária suficiente para alterar a situação política existente. Sem o exército não teria havido revolução.

Tal distinção entre a força política da tropa e o simples apoio da população não é contudo estabelecida por outro contemporâneo dos acontecimentos, José da Silva Areias, que atribuía uma real força política à pequena burguesia do Rio: «Uma revolução tão atrevida, e feita quando S.M. acabava de prometer um ajuntamento de Cortes e até Constituição, é feita e motivada por toda a caixeirada da cidade, que se nutre com a leitura dos folhetos de Londres» (1). Pequena burguesia que, segundo este testemunho, subvencionou posteriormente o movimento: «É tal o entusiasmo desta gente que, abrindo-se no dia 26 uma subscrição para se distribuir pela tropa, chegou em três dias a 36 contos de reis!».

Para Silvestre Pinheiro Ferreira a autêntica força revolucionária residia num partido, oculto por detrás da tropa e dirigindo os seus movimentos. Mas que partido era esse? As suas cartas não são claras a esse respeito. Na carta 20.^a fala nos «chefes do partido revolucionário» e esta designação de partido revolucionário é repetida na carta 21.^a, mas na carta seguinte refere o «partido da independência», identificando-o com aquele partido que, logo após o movimento constitucional, exigiria do rei a criação de um conselho governamental, radicalizando assim um movimento que afinal corria o risco de deixar tudo como anteriormente, uma vez que não se adoptara interinamente a Constituição espanhola e que a portuguesa ainda não existia. Nesse caso, as expressões «partido revolucionário», «partido da independência» e «partido democrata» seriam sinónimas para Pinheiro Ferreira.

Poderia parecer natural que Luís Gonçalves dos Santos, autor de umas *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, publicadas em Lisboa em 1825, ao narrar os principais sucessos do ano de 1821, nos deixasse um depoimento minucioso sobre o movimento constitucional de 26 de Fevereiro. Mas, preocupado exclusivamente com nascimentos, casamentos, e festejos públicos, a descrição dos acontecimentos políticos de modo algum o atrai e o juramento da Constituição é descrito simplesmente como mais uma «festividade» carioca: «...foi esta capital do Brasil agitada por notícias que puseram os ânimos

(1) *Documentos...*, vol. I, p. 240.

de todos em suspensão e receios sobre a futura sorte de Portugal e do Brasil, até que no dia 26 de Fevereiro, dia para sempre memorável e que deu princípio a uma nova época nos anais da América portuguesa, rompeu juntamente com o nascer do sol o mais portentoso acontecimento e quase incrível aos mesmos que o presenciaram; tal foi a publicação da sanção régia de uma Constituição que o melhor dos soberanos se dignou dar ao seu povo do Brasil, sendo jurada por Sua Majestade, pelos seus augustos filhos e por todas as ordens do Estado, à vista de um inumerável povo que, embriagado de prazer, rompia sem descanso em vivas incompressíveis a Sua Majestade, a Sua Alteza Real e a toda a Real Família».

Cronista à maneira do Antigo Regime, Luís Gonçalves dos Santos não ousa falar em movimentos de tropa; tudo é descrito em termos de benignidade régia e satisfação popular pelos benefícios recebidos. Como não seria possível manter este tom narrativo em relação aos acontecimentos posteriores a 26 de Fevereiro, o cronista aproveita habilmente a ocasião para suspender as suas *Memórias*: «Já que no memorável dia 26 de Fevereiro começou uma nova época para o reino do Brasil pela solene proclamação da Constituição geral da monarquia portuguesa e sendo infalivelmente necessário que da nova ordem de coisas se sigam grandes e extraordinários acontecimentos, suspendo por agora a continuação destas Memórias, não tanto por me faltarem as forças do espírito e do corpo, quanto por conhecer a dificuldade de comemorar sucessos acontecidos no meio da agitação de ânimos e de interesses difíceis de conciliar». Palavras estas que contrariam a imagem que nos pretendeu dar do movimento e que revelam a contragosto a complexidade ideológica das posições políticas desse momento no Rio de Janeiro.

Teria o movimento constitucional de 26 de Fevereiro realmente alterado a estrutura política do Antigo Regime? É certo que houve uma mudança ministerial, mas correspondeu esta na verdade a uma transformação administrativa? Há textos que o negam e as próprias cartas de Silvestre Pinheiro Ferreira, escolhido para o novo ministério, revelam que ao acto simbólico do juramento da futura Constituição não se acrescentara de modo algum a aceitação do princípio da soberania popular e que a máquina governamental continuou a funcionar da mesma maneira.

Podemos ler numa Memória anónima que «pouco tempo durou a satisfação pública «e que, extinguida «a emoção que o prazer ocasio-

nara», o que se viu foi que um ministério de eleição popular se comportava exactamente como o do Antigo Regime. «Os cidadãos, em lugar de colherem os frutos saborosos que se tinham proposto de uma nova administração, viram, pelo contrário, cada vez mais arraigado o reinado da arbitrariedade, a mesma marcha governativa, a mesma política misteriosa, enfim, a mesma cena com diferença de actores» (1).

Com efeito, nenhuma publicidade era dada aos actos governamentais, nenhuma participação era concedida aos representantes do povo, muito embora estes tivessem feito tentativas nesse sentido. Na carta 7.^a, Silvestre Pinheiro Ferreira refere em tom irónico um grupo de indivíduos que se apresentou em S. Cristóvão para falar ao rei «em nome do povo». D. João VI recebeu-os, «bem que em maneira que mostrava o nenhum caso que fazia da sua suposta missão», acrescenta Pinheiro Ferreira. Esse grupo entregou ao monarca a relação das pessoas que o povo exigia que compusessem um conselho «sem o qual o governo de Sua Majestade ficasse inibido de tomar resolução alguma importante sobre os públicos negócios».

Era a tentativa de substituir a antiga forma de governo por uma nova, coerente com o espírito do juramento de 26 de Fevereiro, mas ela imediatamente encontrou a oposição de Pinheiro Ferreira, ministro dos Estrangeiros e da Guerra, que, além de mostrar um total desprezo pelos nomes constantes da relação, para ele completamente desconhecidos, excepção feita a «dois honrados fidalgos», considera este passo como violento, arrojado e atentatório da autoridade real. «Entretanto — escreve — pede a prudência que se não ataque de frente a proposta». Assim a solução encontrada foi adiar a resposta ao pedido.

Atitudes como esta levam o autor da *Memória* acima citada a escrever: «Os homens, mesmo os menos expertos nas manhosas combinações da tirania, desenganaram-se, que o dia 26 não fora mais que uma farsa para entreter o espírito revolucionário». Nada houve, na nova ordem de coisas, «que garantisse a execução das promessas pomposamente enunciadas, que velasse entre a nação e o monarca e preparasse gradativamente o povo à passagem súbita da escravidão

(1) «Memória sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Abril de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, escrita em maio do mesmo ano por uma testemunha presencial», em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 27, p. 271.

à dignidade de homem livre; em lugar de uma junta, conselho ou qualquer outro poder intermediário, deixou-se a autoridade ileso e nas mesmas mãos que dela tinham feito um abuso tão transcendente». Mudaram-se os ministros, «mas não as suas atribuições e sistema, e os novos empregados, fascinados pelo brilhantismo de um trono, tiveram a fraqueza, tão frequentemente na sua classe, de se tornarem cortesãos» (1). A agudeza desta observação pode ser constatada ao longo da correspondência de Silvestre Pinheiro Ferreira, burocrata burguês que substituiu o aristocrata no ministério, mas que tem perante o monarca e a autoridade real a mesma atitude do áulico. Os revolucionários são por ele acusados de ter «desorganizado todo o sistema da subordinação militar, absolutamente aniquilado o respeito das classes inferiores da sociedade, sem exceptuar os mesmos escravos para com os seus superiores, até e muito particularmente para com a majestade do trono» (2).

Não admira portanto que com um ministério de tal modo conservador, os revolucionários de 26 de Fevereiro se sentissem frustrados e que a agitação política continuasse. «O espírito de vertigem que deu impulso para o rompimento da revolução continua a laborar», queixa-se Silvestre Pinheiro Ferreira (3). Por seu lado, o autor da *Memória* escreve: «Principiou então a disseminar-se a indignação em todas as classes dos habitantes desta cidade e cedo desabafaram os ânimos em numerosos e atrevidos pasquins». As ideologias políticas diversificaram-se: «O Rio de Janeiro via germinar no seu seio mil partidos diversos e destrutores». E no dia 19 de Abril de 1821 circulou na cidade uma «sediciosa proclamação». Informado o rei da agitação pública, «e mesmo de uma próxima insurreição da tropa que se devia formar para as honras fúnebres do marechal do exército João Shadwell Connel», mandou, nessa mesma noite de 19, chamar o governador das armas, Carlos Frederico de Caula, e o desembargador ouvidor da comarca, Joaquim José de Queirós, com os quais conferenciou longo tempo. No dia 20 de manhã, o general das armas, «tendo expedido ordem por escrito aos comandantes da 1.^a e 2.^a linha para que se achassem com a oficialidade na sala do Real Teatro, aí compareceu também

(1) *Ibid.*, p. 272.

(2) Carta 23.^a.

(3) Carta 7.^a.

pelas 10 horas e fez-lhe uma breve fala, convidando-os a permanecerem fiéis ao juramento de 26 e a não serem instrumentos de partidos» (1).

Silvestre Pinheiro Ferreira comentou nos seguintes termos a agitação política do Rio de Janeiro: «Informado com frequência do que se passa nos quartéis, nos cafés e nas lojas dos mercadores da rua Direita e Quitanda (os quais lugares são hoje o teatro da mais desenfreada liberdade de falar), observo que, bem longe de os espíritos se aquietarem, vão entrando em uma efervescência tanto mais difícil de reprimir quanto são desvairados os motivos que cada um tem para viver em penoso desassossego» (2).

José da Silva Lisboa alude também à «licenciosidade plebeia», que rompera «os diques do respeito e decoro às autoridades, desparzindo aluvião de papéis incendiários e trovas de mal dizer», e à intensidade das polémicas: «Despertando-se paixões e animosidades, se introduziu a mania de Portugal, com que os cidadãos reciprocamente se ataçalhavam com as alcunhas de *servis* e *liberais*, *realistas* e *constitucionais*, *obscurantes* e *iluminados*» (3).

Quando teve conhecimento das ameaças de distúrbios, Silvestre Pinheiro Ferreira atribuiu a intranquilidade ao facto de o ministério não ter levado em conta a proposta do conselho governativo, através da qual o «partido da independência» pretendia ter voz activa no governo. Como essa proposta não fora aceite, os agentes deste partido «andavam publicamente solicitando a tropa portuguesa», e o espírito de desordem fazia grandes progressos, «assim na tropa de linha como nas milícias da cidade, quase toda composta de caixeiros do comércio, pela maior parte europeus» (4).

A REUNIÃO DOS ELEITORES E A REPRESSÃO MILITAR

A carta em que Silvestre Pinheiro Ferreira relata os acontecimentos da noite de 21 de Abril de 1821 é, de todas, a mais longa e isto porque o seu autor se empenha em ilibar-se da responsabilidade que natural-

(1) *Ob. cit.*, p. 274-5.

(2) Carta 21.^a

(3) *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*, parte X, cap. XII.

(4) Carta 22.^a

mente lhe caberia, como ministro da Guerra, na repressão militar aos eleitores reunidos no edifício da praça do comércio (1). A sua versão deve contudo ser comparada com a de outros documentos: as proclamações régias de 23 de Abril, a *Gazeta do Rio de Janeiro* de 25 de Abril e o *Interrogatório e devassa mandada tirar pelo motim, sedição e sublevação, no dia sábado de Aleluia na praça do comércio desta Corte e cidade do Rio de Janeiro pelo decreto de 22 de Abril de 1821*, que nos apresentam a versão oficial dos eventos (2); e a *Memória sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Abril de 1821 na praça do comércio do Rio de Janeiro, escrita em Maio do mesmo ano por uma testemunha presencial que representa a indignação do liberal radical perante a narrativa publicada na Gazeta* (3).

A primeira discrepância entre as várias versões surge em relação ao objectivo da reunião dos eleitores. Enquanto os textos oficiais afirmam que a assembleia era unicamente eleitoral, Silvestre Pinheiro Ferreira e o autor anónimo da *Memória* apresentam-na como consultiva.

Segundo os autores da devassa, vemos que o governo pretendia fazer crer que os sediciosos tinham, com «meios violentos» e «força pública», impedido os eleitores de escolherem os eleitores de comarca. Ora Silvestre Pinheiro Ferreira fala como se os eleitores de comarca já tivessem sido eleitos e como se a sua reunião se destinasse a emitir um parecer sobre as instruções a serem deixadas a D. Pedro: «Propus em conselho que Sua Majestade mandasse convocar os eleitores de comarca, que já se acham nesta Corte esperando pelos que faltam para procederem à eleição dos deputados para as Cortes Gerais do Reino Unido, e, juntos eles debaixo da presidência do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, fazer-lhes este a exposição textual e do espírito das instruções e poderes com que Sua Majestade há sido proposto pelo seu ministério deixar munido ao Príncipe Real» (4). É certo que, no conselho de ministros, Quintela, ministro dos Negócios do Reino, se recusou a presidir à reunião, mas aceitou que esta se realizasse sob a presidência do ouvidor da comarca, a quem transmitiria cópia das instruções.

(1) Carta 26.^a

(2) O texto do interrogatório e devassa vem transcrito em *Documentos para a história da independência*, vol. I.

(3) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 27.

(4) Carta 24.^a

A proclamação do rei aos habitantes do Rio de Janeiro, feita a 23 de Abril, nega contudo o carácter consultivo da assembleia, acen-tuando que os eleitores das paróquias só tinham poderes para a eleição dos de comarca e nada mais. Como seria de esperar numa devassa destinada a dar razão ao governo, a testemunha José Joaquim da Rocha afirma terem sido os eleitores convocados «unicamente para a eleição do colégio eleitoral de comarca» (1).

Comparemos agora estas duas versões, a oficial e a de Silvestre Pinheiro Ferreira, com a do autor da *Memória*. Conta este que, na manhã de 20 de Abril, «o ouvidor da comarca convocou por edital a junta eleitoral, a fim de se reunir extravagantemente no dia seguinte, em lugar do dia 22, em que o devia fazer para a eleição dos eleitores provinciais», e relata ainda que «esta chamada extraordinária causou grande surpresa». Provocando «uma sensação prodigiosa», a leitura do edital «instruiu o povo da sua força e animou os mais tímidos». Por toda a cidade correu a notícia de que «a junta eleitoral ia deliberar sobre um novo governo» e que o rei «queria que o Brasil ficasse gover-nado por pessoas da sua confiança» (2). Assim sendo, «todo o mundo julgou que devia ter parte nesta eleição; a confiança apoderou-se dos cidadãos; redigiram-se imediatamente muitas memórias, onde cada qual expunha os seus sentimentos, combinavam-nas, mostravam-nas publicamente e as autoridades constituídas, que bem o sabiam, não se opunham à sua publicação». Para a população do Rio de Janeiro passou a ser «um dever o ir apresentar as suas reflexões, para assim não ficar a escolha de um governo nas mãos de um pequeno número». À hora marcada para a reunião concorreu ao edifício da praça do comércio «uma afluência extraordinária de cidadãos de todas as classes e corporações» e muitos, em consequência do texto do edital, leva-vam as suas reflexões por escrito para as apresentar à junta (3).

Se já o texto do edital convocatório dera a entender que aquela reunião não era eleitoral, a abertura da sessão mais convenceu o público de que a junta se reunia para ser ouvida: «Principiou a sessão e em lugar de se tratar da apresentação de cartas de nomeação, ou de outros objectos attributivos de uma junta simplesmente eleitoral, passou o

(1) *Documentos...*, p. 282.

(2) *R.I.H.G.B.*, tomo 27, p. 275-6.

(3) *Ibid.*, p. 276.

presidente a ler ao povo em voz alta um aviso do ministro de Estado dos Negócios do Reino, com um decreto em que el-rei estabelecia o governo que devia reger o Brasil depois da sua retirada. A junta, dando este passo alheio da sua competência, explicava a causa por que fora convocada e os cidadãos, combinando-o com as últimas expressões do edital, ficaram inteiramente convencidos de que tinham o direito para fazer naquela ocasião as reflexões e observações que quisessem» (1).

Temos assim três versões diferentes de um mesmo evento: de acordo com a versão oficial, a reunião era electiva; segundo Silvestre Pinheiro Ferreira, ela era consultiva, mas apenas parcialmente, na medida em que apenas os eleitores de comarca se deveriam pronunciar sobre as instruções a serem deixadas ao Príncipe Real; segundo a terceira versão, ela era totalmente consultiva pois todos os cidadãos do Rio de Janeiro, e não apenas os eleitores de comarca, eram chamados a dar o seu parecer sobre as instruções.

Importa agora analisar as razões desta divergência entre as narrativas de um mesmo evento. Silvestre Pinheiro Ferreira, assustado com a agitação provocada pelos constitucionais radicais, receosos de um governo autoritário depois da partida do rei e além disso descontentes com o ministério pós-revolucionário, por este não ter aceite o conselho governativo, propôs a convocação dos eleitores de comarca com o objectivo de tornar «formalmente» representativa uma monarquia que, na realidade, permanecia idêntica à do Antigo Regime. Este ministro julgava urgente dar, por intermédio dos representantes do povo, ou seja, os eleitores de comarca, «aquela publicidade que é compatível com a dignidade real» às instruções e à nomeação do ministério da regência. Para Silvestre Pinheiro Ferreira a consulta aos eleitores era um simples formalismo destinado a apaziguar os descontentes, aqueles que, defendendo «a soberania do povo», reclamavam que as instruções deveriam ser redigidas «com conhecimento dos povos» e não às escondidas da nação por um ministério todo poderoso. A proposta deste ministro não significava, de modo algum, uma abertura para um constitucionalismo radical, mas apenas o desejo de aparentar uma coerência com os princípios constitucionais susceptíveis de tranquilizar os ânimos. O seu objectivo era submeter à aprovação

(1) *Ibid.*, p. 276-7.

dos eleitores, que eram «das pessoas mais capazes que se poderia desejar», umas instruções que jamais supôs pudessem ser por eles rejeitadas. Um simples detalhe deitou por terra este plano: a reunião dos eleitores transformou-se em assembleia pública, e assim a pequena reunião de um grupo de pessoas capazes e representativas, tal como fora concebida por Silvestre Pinheiro Ferreira, transmutou-se numa assembleia popular em que os eleitores, ouvindo o voto da assistência, anarquicamente expresso, acabaram rejeitando as instruções e pedindo a adopção da Constituição espanhola, enquanto a portuguesa não fosse elaborada pelas Cortes de Lisboa.

Quanto à versão oficial, ela é facilmente explicável: o governo dissolvera pela força uma reunião que ele mesmo convocara e, para justificar tal violência, era preciso provar que houvera «motim, sedição e sublevação» e que alguns agitadores tinham transformado uma simples reunião eleitoral em tribuna pública de debates políticos. Alegava-se ainda que os amotinadores tinham-se revoltado publicamente «contra a Constituição do Estado, instando pela Constituição de Espanha e atentando contra a real autoridade com outras pretensões injustas e absurdas» (1). Para justificar portanto o ataque do exército a uma assembleia que se revelara excessivamente democrática, os órgãos oficiais não hesitam em declarar a reunião puramente electiva, a fim de agravar deste modo o crime de sedição cometido pela rejeição das instruções e exigência da Constituição espanhola. Diz o rei na sua proclamação aos habitantes do Rio de Janeiro: «Iludiram-vos com direitos que não vos competem. Os eleitores das paróquias só os tinham para a eleição dos de comarca e o povo nenhum mais tinha depois de eleitos os compromissários» (2).

Para o democrático autor da *Memória*, pelo contrário, o povo tinha o direito de exprimir em voz alta o seu pensamento e de levar os eleitores a procederem de acordo com ele. A assembleia fora plenamente consultiva e nada de errado houvera nisso.

Segundo estas três versões dos acontecimentos a actuação dos eleitores também varia: para os órgãos governamentais, os eleitores não agiram de livre vontade, mas sim pressionados pela multidão, e portanto os seus actos tinham sido nulos; para Silvestre Pinheiro

(1) *Documentos...*, p. 280.

(2) *Coleção das leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1889, parte II.

Ferreira, o eleitorado votou de acordo com o partido maioritário na assembleia; para o autor da *Memória*, os eleitores agiram de acordo com o voto unânime do povo.

Das trinta testemunhas inquiridas depois dos acontecimentos de 21 de Abril, vinte e quatro eram eleitores, e é interessante notar que, entre os 166 eleitores que tomaram parte na reunião, foram escolhidos para depor apenas aqueles que eram empregados públicos e que portanto testemunhariam de uma maneira favorável ao governo repressor. Bastante elucidativo é, por exemplo, o depoimento de João Bandeira de Gouveia, oficial da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: «nos actos ali praticados os mesmos eleitores não tiveram voto deliberativo nem acção livre, porquanto havia um ajuntamento tumultuoso do povo». Conta ainda que os eleitores sofriam até «impropérios da populaça», tendo sido «vítimas passivas dos desconsertos e despropósitos que o povo ousadamente lhes ditou» (1).

Segundo Silvestre Pinheiro Ferreira, havia três partidos entre a assistência à assembleia. A maior parte dos europeus e brasileiros temia ver o príncipe «cercado de homens violentos», principalmente «de europeus conhecidos pela depravação de seus costumes». Deste modo, «na impossibilidade de escogitarem outro freio ao despotismo europeu que receiam, se lembraram da adopção da actual Constituição política da Espanha e da nomeação imediata do conselho que deve ficar junto ao Príncipe Real» (2). Este era o partido maioritário. O segundo partido defendia que ao príncipe e ao seu ministro, conde dos Arcos, deveria ser deixada «plena autoridade». O terceiro partido, composto daqueles que receavam a influência «tanto do conde como dos naturais do país logo que daqui saiam com S.M. os esteios do partido europeu», era o mais anárquico, aquele que, sem apresentar propostas concretas, desvairava «em descompostas diatribes e em projectos uns mais absurdos do que os outros».

Apesar da existência destes três partidos, Silvestre Pinheiro Ferreira relata ter sido unânime o voto pela Constituição espanhola e pela nomeação imediata dos membros do futuro conselho, «em que cada um dos três partidos se lisongeava de conseguir a superioridade». Portanto, todos acabaram por concordar com aquilo que «já vinha

(1) *Documentos...*, p. 319.

(2) Carta 26.^a

ajustado entre os oradores do primeiro partido e uma boa parte dos mesmos eleitores».

Essa unanimidade é descrita em tons dramáticos pelo autor da *Memória*: finda a leitura das instruções, «o povo em geral, como se tivesse previamente concertado entre si o que devia fazer, exclamou a uma só voz e com uma unanimidade rara nas comoções políticas: ‘Queremos a Constituição espanhola interinamente’. Todo aquele ajuntamento parecia ter uma só boca, uma só ideia». Enquanto isto se passava, o «partido realista», defensor de instruções dando plena autoridade ao príncipe, «estava comprimido por um terror pânico», e os eleitores, «sem terem protestado contra a chamada violência em que se viam», como mais tarde declararam nos autos da devassa, passaram a lavrar um termo de juramento à Constituição espanhola (1).

Radicalizava-se assim, na reunião dos eleitores, a revolução de Fevereiro, abortada pela intervenção de D. Pedro e pela recusa do novo ministério em aceitar um conselho governativo.

Ao assinar o decreto que adoptava a Constituição de Espanha, D. João VI dava aos habitantes do Rio de Janeiro a garantia de que a regência de D. Pedro não seria autoritária. É natural portanto que o autor da *Memória* escreva: «Este decreto é a peça mais importante de todos os sucessos deste dia; el-rei reconhecia o poder legislativo que a junta tinha assumido, acedia aos votos dos seus súbditos, os quais deixavam já de parecer um crime» (2). Os órgãos oficiais noticiaram mais tarde que este decreto «fora extorquido violentamente» e que assim o rei procedera bem anulando-o. Mas o autor da *Memória* lembra «que, em lugar de o rei ser oprimido pela força armada, era o senhor dela, que na Quinta existiam tropas, que a deputação se apresentara só e indefesa e que finalmente o ajuntamento da praça do Comércio podia ser dispersado ao mais leve aceno do soberano, assim como o foi poucas horas depois».

Se, no momento em que se exigiu a Constituição espanhola, o exército não interveio imediatamente, foi porque parecia ainda possível ao governo, e principalmente a D. Pedro, dominar a situação, isto é, conservar a autoridade do governante. Mas a assembleia prosseguiu nas suas reivindicações.

(1) *R.I.H.G.B.*, tomo 27, p. 277.

(2) *Ibid.*, p. 280.

O primeiro acto reivindicativo foi a exigência de ser a assembleia, através dos eleitores, a nomear o futuro governo da regência. Segundo o depoimento de Joaquim José da Rocha, «gritou o povo que se nomeassem secretários de Estado e doze membros que tomassem o governo provisório e, anuindo o ouvidor, ordenou aos eleitores que nomeassem quatro secretários de Estado para os Negócios do Reino, para os da Fazenda, para os da Guerra e para os da Marinha». Esta testemunha e o conselheiro Manuel Moreira de Figueiredo «representaram ao ouvidor que suspendesse a nomeação de ministros de Estado, visto que, tendo S.M. sido servido sancionar a Constituição espanhola, lhe ficava competida a autoridade de nomear os ditos ministros, segundo o que se acha determinado na mesma Constituição» (1). A este argumento «os escrutinadores, secretário e o doutor Macamboa se opuseram com a capciosa evasiva de que se não tratava da nomeação de ministros de Estado, mas sim de secretários de governo, acrescentando o doutor Macamboa que essa era a vontade do povo». Foi quando a sessão finalizava os seus trabalhos com a desejada nomeação da junta provisional e se preparava para enviar ao rei uma segunda deputação com o resultado das deliberações, que a tropa dissolveu a assembleia.

Mas um outro acto desta serviu contudo de pretexto mais directo para a intervenção militar: a ordem enviada aos governadores das fortalezas da barra para não deixarem sair embarcação alguma enquanto pelo novo governo que se ia instalar não lhes fosse enviada ordem em contrário. Este acto foi considerado por Silvestre Pinheiro Ferreira como da «mais formal rebelião», como um excesso democrático capaz de justificar, não uma acção violenta do exército como se veio a verificar, mas medidas preventivas, entre as quais a prisão dos principais agitadores.

Esta medida da assembleia, que poderia à primeira vista parecer gratuita numa ocasião em que se estava cuidando fundamentalmente da futura organização política do reino do Brasil, teve a sua origem em razões económicas extremamente fortes. Estas razões, cuidadosamente omitidas pela maior parte das testemunhas inquiridas nos autos da devassa, foram reveladas inadvertidamente por uma delas. Ao prestar o seu depoimento, Ezequiel de Aquino César de Azevedo, oficial-maior da Secretaria da Real Junta do Comércio, disse que Duprad,

(1) *Documentos...*, p. 283-4.

um dos acusados como autor do motim (1), «requereu em nome do povo que se expedisse ordem às fortalezas de Santa Cruz e Vilaganhão para que não saísse da barra para fora navio algum de guerra ou mercante, grande ou pequeno, e que se trouxessem para terra os dinheiros dos particulares para serem recolhidos ao Banco e empregados em géneros por conta de seus proprietários para serem remetidos para Lisboa a seus consignatários sem prejuízo de sua propriedade, e que se lhe dessem quatro contos de reis em dinheiro a cada um para as suas despesas, pois que havia uma lei que proibia a saída de dinheiro para fora deste país e ela não estava derogada» (2).

Este ponto é extremamente importante. Uma vez conquistada a Constituição espanhola, aqueles que falavam em nome do povo sentiram-se mais seguros para fazer reivindicações não só políticas, mas também económicas, a mais séria das quais dizia respeito precisamente ao saque financeiro a que fora submetido o Brasil com os preparativos da partida da Corte. Segundo o autor da *Memória*, «o banco, que de nacional só tinha o nome, foi saqueado escandalosamente, os cofres do Erário iam tomar a direcção de Lisboa e até esses mesmos cofres públicos, depósitos sagrados dos bens do mísero órfão, foram sacrilegamente profanados» (3). O numerário desaparecia quase completamente «e no país do ouro não se viam mais que notas de banco», cujo valor imaginário excedia os fundos disponíveis. Compreende-se assim a medida, aparentemente despropositada, da assembleia.

De acordo com as três versões dos acontecimentos de 21 de Abril, a repressão militar foi encarada como totalmente justificada, pelo governo; como impolítica, por Silvestre Pinheiro Ferreira; como arbitrária e brutal, pelo autor da *Memória*. Analisemos um pouco mais detidamente a posição do então ministro dos Estrangeiros e da Guerra.

Silvestre Pinheiro Ferreira, ao ter conhecimento da ordem enviada às fortalezas da barra, «acto da mais formal rebelião», reconheceu ser forçoso que o governo tomasse alguma medida «para pôr um termo

(1) A testemunha José Lino de Moura, contador geral da Marinha, afirmou no seu depoimento que «entre o povo viu que se distinguiam bem visivelmente dois homens, que de lugar alto falavam e excitavam o povo, os quais eram um de óculos fixos por nome Luís do Prad e outro por nome o Nogueira, que tem loja na rua das Violas» (*ibid.*, p. 317).

(2) *Ibid.*, p. 311.

(3) *Ibid.*, p. 273.

aquela desordem», mas opõe-se ao voto do conselho de fazer marchar sobre a praça do Comércio «todas as forças disponíveis», a fim de obrigar a sair do local quer os eleitores quer a multidão que lá se achava (1). Para ele, este plano, não só não era o único «conforme à dignidade do governo», como apresentava graves inconvenientes. A «experiência das comoções populares» mostrava que não se devia fazer marchar a tropa «contra homens congregados, ao entender da massa geral do povo, em favor dos seus direitos», além de que, em tais casos, era impossível «conter o furor da tropa, sempre indisposta contra povo em massa». Os incidentes que desses choques costumavam resultar eram considerados «como outros tantos actos de bárbaro despotismo do governo contra a nação», o que de modo algum convinha ao governo de D. João VI. O plano de Silvestre Pinheiro Ferreira era outro: «cercar, mas em considerável distância, as avenidas da praça do Comércio para inspirar terror aos perturbadores, assegurar aos eleitores a sua retirada e apreender aqueles demagogos que, por mais conhecidos, era quase impossível que escapassem». Este plano castigaria os que tinham anarquizado a reunião dos eleitores sem que estes, «congregados por ordem do governo para dizerem franca e livremente sobre o assunto que lhes era proposto», fossem atacados por ordem do mesmo governo, o que seria uma incoerência política.

O relato da intervenção militar é feito em detalhe pelo autor da *Memória*, que se propõe precisamente destruir a versão oficial dos acontecimentos publicada pela *Gazeta do Rio de Janeiro* de 25 de Abril. Vejamos a sua narrativa.

Finda a sessão, ainda os eleitores não se tinham todos retirado, «quando as tropas do Rossio, compostas das 3 armas, já todas reunidas e prontas, apresentaram-se na frente da praça do Comércio, prolongando-se a coluna pela praia dos Mineiros, e o terrível trem da artilharia, essa última *ratio regum*, postou-se contra o edificio» (2). Por outras palavras, o governo recorria aos seus dispositivos bélicos contra indivíduos que pacatamente finalizavam uma reunião legal: «Neste tempo o secretário e escrutinadores da junta eleitoral arrecadavam em um cofre os papéis e actas da junta; muitos eleitores ainda

(1) Carta 26.^a

(2) *R.I.H.G.B.*, tomo 27, p. 287.

permaneciam e grande número de indivíduos liam e transcreviam as listas dos membros do governo quando, caso horrível e insólito na história das nações, o colégio, reconhecido pelo próprio soberano, é sacrilegamente profanado, roubado e tinto dos cidadãos desarmados». Uma das preocupações do narrador é afirmar, contra a versão oficial, que ninguém dentro do edifício da praça do Comércio se encontrava armado: «Nenhum militar entrava com sua espada e os próprios paisanos deixavam no vestíbulo até as bengalas, por conseguinte deve ter-se em lembrança que todo a assembleia estava inerte e assim se conservou» (1). Quando, terminada a ofensiva militar, o tenente da guarda de granadeiros inventariou os objectos que se achavam no salão, nenhuma arma encontrou, só «algumas bengalas das que os paisanos largavam à porta quando entravam». Portanto, conclui o narrador, o gazeteiro da Corte mentiu, ou, empregando um eufemismo, caiu na inadvertência de afirmar, à face de toda a cidade, «que se acharam muitas armas e que estavam em depósito, sem declarar onde» (2).

À vaguidão da narrativa de Silvestre Pinheiro Ferreira, que nunca cita nomes, contrapõe-se aqui o pormenor concreto, a individualização dos personagens dos acontecimentos: «A 6.^a Companhia do Batalhão de Caçadores de Portugal, tendo à sua testa o major graduado Peixoto, apresentou-se na frente da porta do edifício em linha de batalha com 25 filas de frente e deu para dentro uma descarga de 50 tiros e logo dobrando filas entraram no salão e carregaram à baioneta calada os cidadãos desacompanhados que se achavam dentro. O primeiro que caiu morto foi Miguel Feliciano de Sousa, que, desprevenido como os outros, avançou a saber da tropa o que queria, sendo uma inadvertência do gazeteiro da Corte o afirmar que este paisano puxara um punhal e o cravara no seio de um soldado, quando o contrário se depreende, não só das razões de probabilidade, mas até da própria confissão dos militares que tiveram a desgraça de assistir a este acto. Apenas houve um caçador ferido levemente e isso pelos seus mesmos camaradas. O desembargador José Clemente Pereira foi traspassado de baionetadas e, depois de prostrado por terra na porta que deita para a alfândega, tiveram os bárbaros soldados a vilania de o ferirem

(1) *Ibid.*, p. 276.

(2) *Ibid.*, p. 289.

na cabeça» (1). Na *Gazeta do Rio de Janeiro* podia ler-se que a atitude dos soldados fora consequência dos actos da «população» que ainda se encontrava no edifício da praça do Comércio: «Um dos caçadores, postado na entrada da praça, foi apunhalado por um dos que estavam dentro, o que deu motivo a que os seus camaradas, sem esperar ordem alguma, matassem aquele homem, e depois outro puxou por uma pistola, disparou-a, mas não matou a ninguém» (2). Segundo o órgão oficial, fora também por culpa dos eleitores, que tinham fechado as portas do edifício, que os oficiais não puderam conter os soldados «tão atrozmente atacados», tendo lugar «uma descarga de 40 tiros de espingarda» e tendo os soldados morto «algumas pessoas» a ferro frio.

O articulista esforça-se por fazer crer aos seus leitores que, se não fosse o «inesperado assassino do soldado» (facto que nem Silvestre Pinheiro Ferreira, bem informado dos acontecimentos, nem o autor da *Memória*, testemunha dos mesmos, referem), «a operação se reduziria somente à captura dos suspeitos de revolucionários e amotinadores e dispersar o resto do povo». O então ministro da Guerra não oculta nas suas cartas que, dos indivíduos que se encontravam na sala, «foram todos mal feridos», mas evita dar pormenores, ao contrário do autor da *Memória*, que escreve: «Dois eleitores de Itaguahy ficaram ambos tão maltratados que ainda conservam os tristes sinais desta carniceria. Outras pessoas do povo foram indistintamente mortas e um número maior, lançando-se ao mar com precipitação, encontrou nas ondas a morte que evitava». Enquanto o ministro da Guerra fala apenas em um morto, neste documento lemos: «Não se tem podido avaliar com certeza o número de infelizes sacrificados neste dia. Os cadáveres foram conduzidos misteriosamente para o Arsenal de Marinha e ali secretamente sepultados e a casa da Misericórdia apenas recebeu um corpo assaz mutilado que o mar arrojara» (3).

Para mais, o saque acompanhou o morticínio: «O que mais dene-
gria estes soldados desencaminhados e ferozes foi que, não contentes de tirarem a vida a seus próprios concidadãos, traficavam nelas, rece-
biam ou roubavam o que achavam de mais precioso e saqueavam os

(1) *Ibid.*, p. 288.

(2) Transcrito por Melo Moraes em *História do Brasil-Reino e do Brasil-
-Império*, Rio de Janeiro, 1871, p. 47.

(3) *R.I.H.G.B.*, tomo 27, p. 288-9.

móveis de prata do serviço da casa». Houve além disso, por parte das autoridades militares, a preocupação de destruir todos os documentos ali existentes: «Os papéis que estavam no cofre foram pisados aos pés por um brigadeiro» e um ajudante de ordens «envolveu os que pôde em um lenço encarnado, montou a cavalo e marchou para a Quinta a exigir a recompensa deste importante serviço militar».

Sabemos que o movimento constitucional de 26 de Fevereiro foi feito exclusivamente pela tropa portuguesa, mas nos acontecimentos de 21 de Abril o exército do Brasil parece ter desempenhado um papel importante. Pelo menos é significativo que a 22 de Abril o rei tenha baixado decreto aumentando o soldo a todas as classes e praças do exército do Brasil, equiparando-as assim às mesmas classes do exército de Portugal. Além disso, a 23 de Abril é feita pelo rei uma proclamação em que agradece ao corpo militar da corte do Rio de Janeiro «o nobre e discreto comportamento» com que, «escutando só a voz do dever e não a das paixões e partidos», tinha sufocado a discórdia, elogiando-o ainda «por haver poupado o sangue dos seus concidadãos, firmado a pública tranquilidade e sustentado o decoro do trono e o império das leis» contra os que internamente pretendiam lacerar o Estado com tumultos e «rasgar-lhe o seio com facciosos partidos» (1).

A proclamação acusava os que tinham exigido a Constituição espanhola de quebra ao juramento feito a 26 de Fevereiro: «Vejo com muita mágoa e desprazer que pessoas mal intencionadas, alucinando e seduzindo alguns de vós, pretenderam que se proclamasse a Constituição espanhola para ser guardada desde já, contra a solene proclamação do dia 26 de Fevereiro do corrente ano e juramento que eu e todos vós prestamos de se observar a que se está fazendo em Lisboa». Defender neste momento a Constituição a ser feita em Lisboa significa, por parte do governo, o desejo de dilatar ao máximo o prazo em que a autoridade real ainda se podia exercer livremente, sem ter que se curvar à vontade da nação; ao passo que defender, ainda que provisoriamente, uma Constituição já feita e pronta para ser posta em execução significava o desejo imediato de ver o governo respeitar efectivamente a soberania do povo. Por tal razão o texto da proclamação é bem claro: «Portugueses, esta sediciosa maquinação, feita à face dos eleitores das paróquias, teve por fim iludir-vos com a suposição da repre-

(1) *Coleção das leis do Brasil*, Parte II.

sentação nacional. Estes perturbadores da ordem pública e fautores da anarquia abalaram os fundamentos da monarquia, postergaram a fé e santidade do juramento que todos demos, quiseram perverter e corromper a fidelidade da tropa e atentaram contra a minha real autoridade e governo estabelecido, que não pode nem deve sofrer outras mudanças senão as que legalmente se estabelecerem na Constituição que se fizer em Lisboa pelas Cortes». E a proclamação termina procurando desmistificar a noção de vontade geral: «Afastai-vos dos perversos que, com fins sinistros, abusam da vossa credulidade e vos enganam maliciosamente com a vontade geral da nação, quando ela é somente a dos amotinadores que, no meio de concursos, levantam vozes tumultuosas que outros maquinalmente acompanham sem inteligência do que elas designam».

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA